

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 01/2015

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO

- Presidente:** - *José Manuel Lemos Pavão*
- 1.º Secretário:** - *Humberto António Cordeiro*
- 2.º Secretário:** - *Maria Eduarda de Freitas Ferreira Neiva Rosa*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Ata da 5.ª Sessão
12 de dezembro** - **Aprovada por maioria, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros**
- Outras Presenças:**
- *António José Pires Almor Branco*
 - *Rui Fernando Moreira Magalhães*
 - *Carlos Fernando Avelens Freitas*
 - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
 - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
 - *João Maria Casado Figueiredo*

Verificação de Presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 44 presenças, pelo que, o Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 59 membros no decorrer da sessão.

Registo de Faltas e respetiva justificação pela Mesa.

José Baltazar Gomes Aguiar, Alzira Augusta Ferreira da Costa Ramos, Marisa de Fátima Seixas Aranda, Maria Odete Costa Ferreira, Edgar Alberto Pires, Armindo José Esteves, José dos Santos Sousa e José Mário Pinheiro Mesquita.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *José Baltazar Gomes Aguiar*: Sessão de 27 de fevereiro de 2015.
- *Alzira Augusta Ferreira da Costa Ramos*: Sessão de 27 de fevereiro de 2015.
- *Marisa de Fátima Seixas Aranda*: Sessão de 27 de fevereiro de 2015.
- *Maria Odete Costa Ferreira*: Sessão de 27 de fevereiro de 2015.
- *Edgar Alberto Pires*: Sessão de 27 de fevereiro de 2015.
- *Armindo José Esteves*: Sessão de 27 de fevereiro de 2015.
- *José dos Santos Sousa*: Sessão de 27 de fevereiro de 2015.
- *José Mário Pinheiro Mesquita*: Sessão de 27 de fevereiro de 2015.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal, por unanimidade, justificou as faltas mencionadas.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Como já temos quórum vamos iniciar os nossos trabalhos.

Em nome da Mesa os meus cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores, aos Senhores Membros da Assembleia e aos Senhores Múncipes, que eventualmente estejam presentes.

1 – ATA: Leitura, discussão e votação da ata da 5.ª Sessão Ordinária de 12 de dezembro de 2014.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Se algum Senhor Membro desta Assembleia tiver alguma reclamação, recomendação ou sugestão a fazer, sobre a ata, peço o favor de se inscrever.

----- O Senhor Deputado Municipal *Faustino Cunha* (CDS/PP) disse:

Bom dia a todos, Senhor Presidente, Mesa, Excelentíssima Vereação.



O nosso comum amigo e 1.º Secretário *Humberto Cordeiro*, fez o favor de me telefonar, manifestando-me uma estranheza perante aquilo que estava para ser publicado e eu sinceramente, pelo telefone não me apercebi da incorreção e por isso quero aqui deixar, para que seja esclarecido.

Assim, em vez de: “*se por acaso alguém necessitar de ir à casa de banho, tem que utilizar papéis de jornais*, o que deve ser escrito é: “*se alguém necessitar de ir à casa de banho, tem que pisar papéis de jornais*”.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Carlos Fraga (Independente PS)* disse:**

Muito bom dia Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Deputados e todos os presentes.

Em relação a esta ata, também tenho aqui algumas considerações a fazer.

A Mesa registou que na anterior Sessão estiveram presentes ao longo da Sessão, 52 Membros. Está escrito na primeira página da ata. Contudo, na última página e já quase nos termos da Sessão, nomeadamente quando a Mesa pôs à consideração a aceitação de um Voto de Felicitações que eu propus, pelos 90 anos recentemente celebrados pelo Senhor Dr. *Mário Soares*, constata-se que o resultado dessa votação não regista ao tais 52 membros a votarem, mas regista 55 Membros. Se não vejamos: Há 46 votos contra, há 2 abstenções e há 7 votos a favor. Há aqui qualquer coisa que não bate certo.

Há outro incidente, que eu considero processual, que é o sentido da votação de quem votou contra, de quem se absteve e de quem votou a favor, as várias sensibilidades, quer humanas, quer políticas, não ficaram aqui expressas, ou seja, a aceitação desse Voto de Felicitações foi reprovado por maioria, mas devia constar da ata e não constam, as diversas sensibilidades aqui representadas, de quem votou contra, de quem votou a favor, de quem se absteve, para memória futura, porque eu não quero que em termos futuros, venham por aí algumas lágrimas de crocodilo, mais tarde...isso não aceito.

Constato esta lacuna, que eu entendo que é grave e portanto a Mesa terá que dar uma explicação, porque eu estou na predisposição, perante este facto, de votar contra a ata.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *José Eduardo Almeida, (PSD)* disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dois apontamentos muito breves, nesta ata.

Na página “4”, na minha intervenção, diz: “*há poucos dias tivemos aqui uma reunião*”. É uma questão de retificação da escrita: “*há poucos dias tivemos aqui uma reunião*”. Depois, no parágrafo onde digo: “*é uma oportunidade para cada uma das Juntas de Freguesia se poder modernizar e penso que será a oportunidade agora, porque a inscrição na Associação, terá que obrigatoriamente ser levada a uma reunião da Junta de Freguesia e posteriormente*, aqui tem: *às Juntas de Freguesia*”, mas não: “*tem que ser levada às Assembleias de Freguesia*.” Pedia para fazerem essa retificação, onde diz “*Juntas de Freguesia*” e posteriormente às “*Assembleias de Freguesia*” e não novamente às Juntas de Freguesia.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:**

Obrigado Senhores Deputados. São sempre muito úteis estas chamadas de atenção, pelo que iremos proceder à sua verificação e correção se for caso disso.

Julgo que estamos então em condições de votar a ata.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:**

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a ata da 5.ª Sessão Ordinária de 12 de dezembro de 2014.

1.º Período de Intervenção do Público

2 – 1.º Período de Intervenção do Público.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:**

Algum Senhor Município está presente, que queira intervir. Não está, vamos prosseguir.

Antes da Ordem do Dia

3– Período de Antes da Ordem do Dia.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:**

A Mesa chama a atenção o Período de Antes da Ordem do Dia, não é um período de debate nem de confronto, por isso, procurem cumprir com algum rigor os tempos que lhes são destinados. Estão abertas as inscrições.

Faça favor Sr. Deputado *António Ferreira*.

----- **O Senhor Deputado Municipal, José António Costa Ferreira (PS) disse:**

Muito Bom dia a todos, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e demais Vereação, Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, caros e caras Deputados Municipais e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia.

Esta minha intervenção no Período Antes da Ordem do Dia, tem apenas um propósito simples de submeter a esta Assembleia Municipal um Voto de Congratulação pela atribuição do Grau da Comenda da Ordem de Mérito, a dois Autarcas Transmontanos, de concelhos vizinhos: “*João Luís Teixeira*, de Murça e *Artur Pimentel*, de Vila Flor, em reconhecimento por aquilo que foi a entrega à causa pública, no exercício de funções de Presidentes de Câmara, tão difícil nesta nossa região, como sabemos, muitas vezes sem o apoio do Poder Central, com os constrangimentos, o abandono do interior e o esforço muitas vezes acrescido, envolve um Presidente de nesta Região, bem como pela obra deixada pelo bem-estar das suas populações.

Fica aqui este Voto de Congratulação submetido à Assembleia Municipal, se assim o entender aprovar.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas, Rui Sá (PSD) disse:**

Muito bom dia a todos.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, restante Vereação, Senhores Membros da Assembleia, Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores.

Na semana passada, a minha Freguesia, à semelhança de outras, presumo, recebeu um Ofício da Associação Portuguesa de Pais e Amigos da Cidadão Deficiente Mental, a APPACDM de Mirandela, a solicitar colaboração.

Como sabemos, a APPACDM é uma Instituição particular de solidariedade social, uma IPSS, que presta serviço aos cidadãos com deficiência mental, sem a qual os nossos deficientes mentais e as suas famílias teriam certamente menor qualidade de vida. Nesta fase da sua vida atravessa alguns problemas de tesouraria, muito por força de ainda não ter conseguido celebrar com a segurança social os protocolos que permitirão os recursos financeiros suficientes para que o Lar Residência funcione sem problemas de maior.

A atual conjuntura de crise está a ser excessivamente longa e manifestamente injusta, tem gerado mais pobreza, mais desemprego, maior desertificação, etc. etc. Se fosse noutro palco di-lo-ia com outra ênfase, contudo ficam algumas questões que nos devem preocupar a todos.

Que estado social queremos nós? Estarão as instituições em condições de se substituírem às funções sociais do Estado? E se estiverem, devem fazê-lo? Que não restem dúvidas, não se peça ao setor solidário mais do que aquilo que é capaz de fazer, porque se estão a esgotar as suas capacidades.

O setor solidário que tem sabido ser sereno, responsável e patriótico, nesta fase que o País atravessa, prescreve e reclama responsabilidade e patriotismo de todos nós. Por isso, faço um apelo à boa vontade de todos, para que na medida das possibilidades de cada um, ou da instituição que representam, façamos um donativo para esta causa nobre.

Eu, na qualidade de Presidente de Junta, irei propor ao restante executivo, a atribuição de um subsídio e pessoalmente doarei o valor da minha Senha de Presença, nesta Assembleia Municipal.

----- **O Senhor Deputado Municipal Sílvio Santos, (CDS/PP) disse:**

Muito bom dia.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Secretários, Ilustres Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Excelentíssimo Executivo da Câmara Municipal, Público presente e Órgãos da Comunicação Social.

O que me traz aqui hoje são dois assuntos completamente distintos que eu vou tentar pôr rapidamente, para não absorver o tempo.

O primeiro, relaciona-se com a última Assembleia Municipal realizada no passado dia 12 de dezembro de 2014, onde lamento não ter estado presente, por motivos estritamente profissionais e onde a Confraria de Nossa Senhora do Amparo, da qual sou Juiz desde o dia 30 de outubro de 2012, foi elogiada e considerada nesta Assembleia, quer por membros da mesma, que a meu ver representam os cidadãos do concelho de Mirandela e como tal muito honra toda equipa que comigo trabalhou no biénio 2013/2014, quer pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, ao qual não posso deixar de agradecer publicamente a disponibilidade sempre demonstrada e na sua pessoa a todos os colaboradores da Câmara Municipal, no sentido de juntamente connosco elevar a Confraria de Nossa Senhora do Amparo e conseqüentemente a cidade de Mirandela, pois julgo ser opinião unânime que é indissociável a imagem da Confraria, do seu Santuário e das festas anualmente realizadas, da imagem de Mirandela.

Refiro que os grupos que comigo têm assumido a responsabilidade de gerir ao longo dos 12 meses do ano, a Confraria, atuam de forma altruísta com o intuito único de manter viva a história, cultura e tradição, dignificar e potenciar a Confraria Nossa Senhora do Amparo, a cidade e o concelho de Mirandela.

De realçar que os principais objetivos definidos para o mandato anterior, foram, no nosso entender atingidos, tomando como exemplo a aproximação e o envolvimento que foi conseguido entre a Confraria e as Instituições locais, entre outros aspetos que tivemos já a oportunidade de publicamente dar a conhecer.

Terminando, estimo aqui referir que para este biénio 2015/2016, se definiu como um dos objetivos, garantir agora uma maior aproximação do cidadão de Mirandela, à Confraria, pelo que estão já a decorrer ações neste sentido, como foi o exemplo da nossa presença numa grande superfície comercial da cidade no passado sábado dia 21 de fevereiro e a campanha de angariação de Confrades, já iniciada, estando em curso algumas iniciativas associadas à mesma.

Aproveito para deixar aqui o convite aos presentes para se tornarem Confrades, apoiando desta forma a Confraria e claro está, Mirandela, garantindo aqui, que eu e o grupo que se reuniu agora para o biénio 2015/2016, estaremos sempre ao dispor desta Assembleia e disponíveis para dignificar Mirandela.

Em nome de todos nós, um sincero e sentido “obrigado” a esta Assembleia, pelo reconhecimento.

O segundo aspeto que aqui me traz, é completamente díspar do primeiro e refere um assunto que já aqui foi mencionado pelo Deputado *José António Ferreira*.

Gostaria de me congratular com o facto de o Excelentíssimo Dr. *João Teixeira*, ter sido, no passado dia 13 de fevereiro, em cerimónia que decorreu no Palácio de Belém, agraciado com o grau de Comendador da Ordem de Mérito pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Em minha opinião, esta condecoração deve ser aqui considerada sob dois prismas: um primeiro, pela mesma ter como origem o exercício de funções do Poder Local, aspeto tão relacionado com a nossa presença, hoje aqui e com o compromisso que assumimos, no dia em que tomámos posse nesta Assembleia.

Um segundo prisma, pelo facto de apesar dessas funções terem sido exercidas no vizinho Município de Murça, se tratar de um homem que no nosso Município desempenhou já responsabilidades de realce, quer a título profissional, e certamente para esta distinção pesaram também os inúmeros eventos que o Dr. *João Teixeira* organizou na nossa cidade, enquanto Técnico da Câmara Municipal, alguns dos quais onde o agora, Excelentíssimo Senhor Presidente da República, à data Primeiro Ministro, esteve presente, quer ainda a título da disponibilidade já demonstrada para servir a sociedade de Mirandela.

Por estes dois virtuosos aspetos, deve no meu entender, o Dr. *João Teixeira* ser aqui dignamente referenciado e elogiado, pelo que prezo deixar à consideração desta Assembleia um voto de louvor ao visado.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Pedro Beato*, (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, Comunicação Social, meus Senhores e minhas Senhoras.

O que me faz intervir hoje, é uma das boas companhias que tenho na vida, “a história de Mirandela” e “do seu Concelho.”

O tema, são as ossadas encontradas na Rua que hoje se chama *Luciano Cordeiro* e as notícias e comentários que foram saindo sobre a sua origem.

Sabemos que poderiam ser um cemitério, segundo as notícias, uma necrópole medieval, podia estar relacionado com a traulitada ou com a epidemia, etc. Foram os comentários que fui ouvindo e as leituras que fui fazendo sobre este tema.

Sabemos que a Idade Média vai até ao século XV. A Rua da Ponte, como o nome diz, que era a antiga Rua *Luciano Cordeiro*, foi construída depois de a Ponte estar construída, por isso se chama Rua da Ponte. Podemos pensar na proximidade entre o fim da idade média e o tempo de construção da Ponte, mas de facto é um raciocínio muito forçado.

A traulitada foi em 1919 e nesse momento morreram três pessoas. Recordo que a traulitada foi uma luta entre Monárquicos e Republicanos e nesse contexto, Mirandela recebeu a medalha de Torre Espada, de Valor, Lealdade e Mérito pela tenaz resistência que demonstrou. A medalha faz parte do Escudo da Cidade, como podemos ver na Bandeira ou em qualquer outro escudo da cidade.

Quando tomei conhecimento deste facto, o primeiro pensamento que tive foi, que todos os povos e culturas cuidam sempre dos que falecem e depois das suas recordações e veneração. Foi o meu primeiro pensamento.

Relativamente aos que partem, a novidade do Cristianismo, que era a sociedade atual da época, é a Esperança Pascal...por isso os católicos chamam cemitério e não necrópole, aos locais onde enterram os seus corpos. Cemitério significa dormitório, que para um católico tem toda a lógica.

Agora, o que diz a nossa história, de Mirandela:

Sabemos que em Mirandela, até á construção do Cemitério Público, em 1872, as sepulturas eram feitas na Igreja Matriz, na Igreja da Misericórdia e nas Capelas particulares. Em Mirandela havia 8 capelas particulares, uma das quais fora de portas, que era a Capela de S. Sebastião.

É muito importante começarmos o nosso pensamento com uma personalidade indiscutível de Mirandela e da sua importância para Mirandela no tempo. Estou a falar de *Álvaro Pires de Távora* na altura era Conde, os Marqueses de Távora só o foram a partir de 1659, na regência de D. *Luísa de Gusmão*, que era a mulher do D. *João IV*.

Álvaro Luís de Távora, foi um Senhor de Mirandela de 1495 – 1529, viveu no tempo do Rei D. *Manuel I* e conviveu com ele durante 25 anos, sensivelmente. Era um Fidalgo de grande aceitação na corte.

No seu tempo, Mirandela, para além do Foral de 1515, construiu a Ponte Românica, quase de certeza que foi no tempo, pois a construção de pontes foi parte de uma política fundamental para o desenvolvimento de Portugal do princípio do século XVI e, sabemos que, no tempo do seu filho, *Luís Álvaro de Távora*, um documento que institui o Morgadio dos Távoras, faz referência em 1536, à Ponte.

A construção da ponte foi também um momento muito importante do ponto de vista da política local, pois, como diz um documento “*este grande Senhor e os proprietários de Mirandela, de muitos anos andavam desavindos com o donatário, e agora se congraçaram, querendo ele mostrar-lhes o seu valimento e importância, consequência da obra que conseguira, a obra da ponte, um dos maiores benefícios prestados à terra, que era uma das suas vilas*”.

Foi também no tempo de *Álvaro Luís de Távora*, em 1518, que veio para Mirandela, a Santa Casa da Misericórdia.

São três documentos extremamente importantes:

Vamos à “Rua da Ponte”, hoje “Rua *Luciano Cordeiro*”

A Misericórdia construiu o seu Templo, (era assim que se chamava, hoje não se chama Templo, é Igreja) na Rua da Ponte, onde esteve mesmo até ao fim do século XVII, década de 70, pois foi em 1671 que foi feita a Arrematação dos terrenos para a construção do Templo da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela, que é onde está hoje.

A partir desta data, o Templo da Rua da Ponte passou a chamar-se Misericórdia Velha.

Em 1701, o local onde estava a Misericórdia Velha, foi comprado pela Família *Sá Morais* que construiu uma capela, no mesmo local onde estava o Templo da Misericórdia Velha. A localização está implícita no documento do Livro de Apontamentos Históricos de Mirandela, de Padre *Ernesto Sales*.

Um pouco á esquerda de quem sai da velha porta de *Santo António* da muralha de D. Dinis, havia uma capela sob a invocação de Santo António, que faz parte de uma morada de casas que estava anexa e com a qual comunicava.

Esta capela de Santo António foi da Família *Sá Morais* até 1838, época muito próxima da Reforma Administrativa de 1835, por isso os Morgados estavam todos a cair, numa fase extremamente complicada e acabaram por desaparecer.

Depois, comprou esta capela, *António Gomes Pereira*. Quando este Senhor faleceu, deixou de celebrar-se nessa capela e a sua propriedade foi dividida.

Um Filho de *António Gomes Pereira*, neste tempo era o Padre *Manuel Joaquim Gomes* que conseguiu o altar e o sino para a Capela de Nossa Senhora do Amparo.

Concluindo:

Pensando nesta história e nestes documentos e na cultura do tempo, podemos ligar as ossadas encontradas, aos Irmãos da Misericórdia, que foram sepultados desde a fundação da Misericórdia Velha, até ao fim da década de 1600 e da Família *Sá Morais* e de um ou de outro amigo da Família, de 1701 até 1838.

Portanto, os restos mortais que estão ali, são com certeza dos Irmãos da Misericórdia e da Família *Sá Morais*.

----- **A Senhora Deputada Municipal *Rita Messias*, (PS) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, meus Senhores e minhas Senhoras.

Muito bom dia a todos.

Face ao contexto nacional e europeu atual, quero partilhar com esta Assembleia algumas opiniões que nos fazem refletir sobre os tempos controversos que estamos a viver e quanto é importante estarmos atentos ao que acontece.

Começo por partilhar uma opinião de *António José Teixeira*, Diretor da Sic Notícias, que diz assim:

“Quando se cai em desgraça, perde-se o respeito dos pares. A natureza humana e os interesses em presença, não costumam surpreender-nos. São muitas vezes os mais próximos da desgraça que mais rapidamente viram as costas aos desgraçados.

Não será apenas uma questão de graça ou desgraça, será porventura mérito ou demérito. Em qualquer caso, incluindo as relações internacionais, a solidariedade não se substitui aos interesses, costuma enroupar-se de boas palavras e de algumas cautelas. Os que acabaram de aliviar os apertos, são os mais implacáveis, não resistem a dar lições de sacrifício e sapiência.

A desgraçada Grécia, está a perturbar a ordem estabelecida, por isso o não muito desgraçado Portugal já está a dar-lhe lições de moral, enquanto em Bruxelas se exercita a retórica da tolerância, temos que os ouvir, em Lisboa sobressai a arrogância e a sobranceira.

A história presta-se a muitas histórias. O problema grego que também é o nosso problema, por mais que não o queiramos, pode ser minorizado. Há mal entendidos que têm servido de álibi para políticas nacionais contrárias aos interesses comunitários.

A ideia de que foi a inflação que favoreceu a ascensão de Hitler na Alemanha, é falsa, mesmo que tenha sido repetida à exaustão.

Uma leitura atenta do tempo, constataria que foram os cortes orçamentais, o desemprego, a austeridade, que criaram as condições para o triunfo nazi.

Também se têm tentado confundir as políticas de austeridade com os valores da sobriedade e do bom governo de recursos públicos...não são a mesma coisa.

O grande eloquente discurso da solidariedade e da responsabilidade, deve servir desde logo, para não iludir os factos, como já repetiu várias vezes o economista britânico Filipe Green, que foi conselheiro de Durão Barroso na Comissão Europeia, os empréstimos concedidos à insolvente Grécia, foram principalmente um resgate aos seus credores, nomeadamente aos bancos alemães. A interdependência em que vivemos, não ignora as relações de poder entre os mais fortes e os mais fracos, mas tende a desvalorizar o custo da política e o seu impacto social. A cegueira que ignora e paralisa e o descontentamento, o crescimento dos extremismos, a falência da austeridade e a descrença no projeto europeu, não é bom augúrio, como não é bom augúrio deixar a política entregue a contabilistas e economistas pouco predispostos a abrir os olhos aos efeitos sociais, das suas decisões.

E já agora, é preciso que Portugal também se empenhe em melhores políticas, em vez de repetir lições de moral alheias.”

É a opinião de *António José Teixeira*.

Permitam-me que faça também referência ao jornal alemão *Die Welt*, que garante que *Maria Luís Albuquerque* tentou convencer o homólogo Ministro das Finanças Alemão, para ser mais duro com a Grécia e sugeriu que usasse a sua cadeira de rodas para em manobra de inversão de marcha, atropelar mortalmente o seu homólogo grego *Varoufakis*, ou asfixiá-lo com o seu cachecol de betinho. O que dizer e o que pensar desta brincadeira de mau gosto?

Gostaria ainda de ler a opinião de *António Guerreiro*, do Expresso, que faz pensar.

Diz o seguinte:

“Despossados de toda a soberania e coagidos em radicar a política como instância de mediação entre a economia e o social, os gregos estão reduzidos a um projeto de experimentação dos princípios económicos de um biopoder, que delimita e designa populações e segmentos de populações suspeitas, inúteis e supérfluas.

Em termos técnicos, trata-se de induzir uma desvalorização interna da população grega, já que não é possível uma desvalorização da moeda, com objetivos sanitários.

Trata-se de curar um país e de lhe mostrar que o remédio está no mal.

Todos aqueles que por cá dizem que nós não somos a Grécia, ou são ignorantes ou apenas querem esconder, que estamos a caminho de ser, porque a Grécia não é um caso excepcional, é um paradigma e um laboratório. Nela podemos ver a antecipação e a forma extrema, isto é, aquela onde uma realidade imprecisa se revela, da reconfiguração em marcha das sociedades ocidentais, onde já se começou a passar ao ato e a planificar a eliminação lenta, discreta e politicamente correta dos supranumerários, cuja existência faz ascender ao vermelho as somas necessárias para manter os dispositivos de proteção.

Velhos, reformados, doentes crónicos, desempregados dificilmente recicláveis, emigrantes, segmentos da juventude não qualificada, todos eles representam heterogeneidades parasitárias que não podem ter lugar no quadro ideal de crescimento e produção de riqueza exigido pelo capitalismo ultra liberal.

Impõe-se por isso a sua eliminação e é o que está a acontecer aqui e agora, diante dos nossos olhos, o campo como paradigma biopolítico, com as suas práticas de eliminação subtil e está em expansão acelerada e da sorte funesta reservada às existências, que são como empecilhos, começamos a ter testemunhos cada vez mais frequentes. Até os mais distraídos já perceberam que é só uma questão de tempo para chegar a sua vez. E os que não forem eliminados servirão para alimentar uma regressão organizada às claras, a formas de exploração que têm muitas afinidades com as que alimentaram a expansão do capitalismo, no século XIX.

Vale a pena refletirmos nestas opiniões que acabei de relatar.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama, Fernando Mesquita (PSD) disse:

Senhor Presidente e Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Comunicação Social, Público em geral.

Numa mensagem telegráfica, quero dar-vos conta do meu desencanto e da minha perplexidade ao tomar conhecimento de que Portugal se prepara para não participar na Expo que vai realizar-se dentro em breve, aqui ao lado, em Milão.

Não faz qualquer sentido, que por causa de seis milhões de Euros, Portugal não participe numa exposição que é universal, que se realiza aqui ao lado, num dos maiores polos económicos do mundo e que vai ter como tema central, a “agricultura”.

Numa altura em que a agricultura portuguesa está a dar sinais de retoma, está a ter alguma pujança, não compreendo como é que o nosso país desperdiça esta oportunidade. Penso que, além de ser benéfico para o país, seria também benéfico para a região e para o nosso concelho. Os produtos mediterrânicos irão estar na berra (perdoem-me o termo), o nosso azeite, o nosso vinho e as nossas frutas iriam com certeza ter um destaque muito grande nessa exposição e os nossos agricultores podiam daí tirar resultados.

Atrevo-me até a dizer que esta participação na Expo de Milão seria muito mais importante do que foi a realização da Expo 98, no nosso país.

Fica aqui o meu descontentamento e a minha perplexidade.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:

Não há mais inscrições e antes de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se quer dar alguma informação ou fazer alguns comentários às intervenções, hoje temos muito tempo felizmente.

Eu queria cumprir o meu compromisso, porque na última Assembleia propus-me dar uma informação sobre um assunto que a meu ver ficou razoavelmente esclarecido.

E não obstante as explicações que o Senhor Presidente da Câmara deu, a meu ver, são facilmente compreensíveis, embora eu justificadamente e conscientemente me recuse a aceitá-las, sobre a questão dos limites do Parque Natural do Vale do Tua.

Eu disse aos Senhores Deputados que tinha feito uma carta, que não é propriamente uma reclamação, é uma sugestão ao Parque Natural do Tua, foi uma longa exposição, muito elaborada tecnicamente. Se os Senhores Deputados quiserem (não vou maçá-los com a sua leitura) tomar conhecimento, ela está disponível aqui, eu trouxe algumas fotocópias, e poderão consultá-las.

O que eu queria daqui realçar é o seguinte: É que, na minha condição de Mirandense e filho desta terra, entendi que os limites prejudicavam algumas freguesias do Concelho e escrevi ao Senhor Diretor do Parque Natural do Vale do Tua, no dia 16 de setembro.

Em 15 de janeiro dirigi-me novamente ao Diretor Executivo da Agência de Desenvolvimento, pedindo a sua intervenção e só muito mais tarde, em março é que eu tive alguma resposta.

Isto demonstra, Senhores Deputados, a funcionalidade e a eficácia destas estruturas criadas pela EDP e do respeito e da consideração que os cidadãos que podem contribuir com coisas muito sérias, em defesa dos interesses da terra e dos seus residentes lhe merecem.

Portanto, aqui fica o meu cumprimento da promessa que me propus na última Assembleia e a disponibilidade para consultarem esta carta, que eu dirigi em 16 de setembro de 2013, ao Senhor Presidente do Parque Natural do Vale do Tua. Aqui fica pois, o meu esclarecimento.

Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Público presente.



Muito obrigado por esta oportunidade, aproveito para os cumprimentar.

Considerando que os assuntos que aqui foram levantados não solicitaram a minha presença específica, quero apenas desejar-vos uma boa sessão e realmente Mirandela está calma, recomenda-se e os assuntos quer dos concelhos vizinhos, quer nacionais, são interessantes para o nosso debate.

Uma vez que não tenho qualquer pergunta direta, desejo a continuação de bom trabalho.

Ordem do Dia

4 – Período da Ordem do Dia

4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Ponto 4.1, Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara.

Estão abertas as inscrições.

A palavra à senhora Deputada *Fernanda Cerqueira*.

----- **A Senhora Deputada Municipal *Fernanda Ferreira*, (CDS/PP) disse:**

Muito bom dia Senhor Presidente, Senhores Membros desta Assembleia.

Ora bem, a Informação do Senhor Presidente, continua (no meu entender e no entender dos elementos da minha bancada), a ser um bocado extensa, de difícil leitura, há aqui assuntos repetidos...era de melhor leitura se estivesse mais cronometrada, organizada. E há aqui coisas que acabo por não perceber.

De qualquer forma, da análise, vou apenas salientar um ponto, que eu acho do maior interesse e me chamou a atenção, que foi o Município de Mirandela colaborar com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Do que vejo, do que ouço e do que sinto, congratulo-me com este Município, em colaborar com esta Comissão, com as intenções que estão referidas, principalmente a nível da Autarquia e das Juntas de Freguesia. Diz “*As propostas passam pela criação do Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica, um Centro de Recursos, uma Linha Verde, uma Estrutura de Acolhimento de Emergência, Guia de Recursos Locais...*”

Falam muito na prevenção, sim, eu acho muito importante a prevenção, mas gostava de saber – fui consultar o site da Câmara e ficaram aqui algumas dúvidas - qual é a evolução disto, se já foi ou não, criado um gabinete, de que modo as pessoas podem acorrer. E quando falamos de violência doméstica e de igualdade de género, às vezes falamos... é mulheres e homens, aqui não estou a diferenciar grandes coisas, acompanhei algumas coisas desde início.

Eu gostava de saber as perguntas que ficam, as dúvidas, se há um levantamento de dados sob a realidade nesta região, no que respeita ao assunto. Eu, com as crónicas, com o que escrevo no jornal ou com o que digo na rádio, que às vezes alerto sobre estes assuntos, de vez em quando há pessoas que vêm falar comigo, mas eu não sei de que modo se podem ajudar, era importante haver uma informação do que está a ser feito e de que modo vão passar esta informação. Acho muito importante que isto seja feito, mas também que as pessoas saibam como recorrer, saibam de que modo podem ser ajudadas...

----- **O Senhor Deputado Municipal *Nuno Sousa*, (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à Informação do Presidente e no que concerne à notícia da visita oficial à ECOTECA, por parte do Executivo, onde é referido o meu nome, eu queria agradecer ao Sr. Presidente da Câmara o elogio manifestado nessa notícia.

Naturalmente, como autor do projeto, procurei conceber um edifício que potenciase o programa que foi desenvolvido na altura, pela Autarquia, até mais concretamente pelo Engenheiro *Branco*, no que respeita às áreas ambientais e ecológicas, o nosso ecossistema, aqui da Região.

De modo que, procurei ainda de alguma forma, que o edifício fosse multifuncional, permitindo também outras atividades, para além dessas que mencionei: trabalhos escolares e académicos, no âmbito do ecossistema. Também queria salientar que este resultado final que podem ver no local, deve-se a um conjunto de pessoas.

Embora esteja aqui a título pessoal a agradecer a menção, gostaria também de deixar aqui uma palavra sobre aqueles que estiveram envolvidos, que através das suas especialidades profissionais contribuíram positivamente para que a obra fosse bem executada em termos de construção e em termos financeiros.

Foi um trabalho de equipa, que funcionou em perfeita harmonia, desde os projetistas, desde o dono de obra, desde a fiscalização, o empreiteiro e até mesmo o próprio encarregado de obra, que às vezes é esquecido.

Por conseguinte, eu gostava de agradecer a todos os técnicos projetistas, à Empresa *Anteros*, que foram de facto incansáveis, na resolução de problemas que foram surgindo ao longo da obra, que deram também contributos muito positivos, para conseguir o resultado que podem observar no local.

Contudo, há aqui um agradecimento pessoal, mais especial, que eu gostaria de destacar, sem desprimor dos restantes, ao Engenheiro *Lúis Vinhais*, um técnico da Autarquia, que foi de facto, exemplar no papel da fiscalização da empreitada.

A Câmara tem excelentes técnicos e às vezes são precisas estas oportunidades para mostrar o valor que eles têm.

E nós, enquanto decisores políticos, nestes órgãos Autárquicos: Assembleia Municipal; Câmara Municipal, etc, temos de alguma forma, o dever, também e de reconhecer o mérito destas pessoas e apoiá-los. Não só neste setor de Obras ou de Urbanismo da Autarquia, mas também noutros setores.

Portanto, os meus parabéns a todos e naturalmente ao Sr. Presidente também, por ter acreditado no projeto que desenvolvi. O meu muito obrigado, pelo comentário tecido.

O outro assunto que eu tinha sobre a Informação do Presidente, já foi mais ou menos manifestado pela Deputada *Fernanda Cerqueira*. De facto há uma necessidade de separar o trigo do joio, do que é útil e do que é fútil, em termos de informação, neste documento. Há notícias que estão repetidas, que poderiam ser condensadas numa só e há notícias de eventos que já ocorreram antes da última Assembleia Municipal, que não fazem sentido estarem aqui plasmados neste documento, daí uma informação desnecessária.

Julgo ser importante também, nas notícias que identificam as presenças dos autarcas em reuniões, algumas delas muito importantes para o Município, que não identificassem só o dia e o local e quem esteve presente. É certo que se calhar não podemos pôr lá o conteúdo na totalidade da informação que é debatida nessas reuniões, mas pelo menos um breve sumário, para nós, Deputados Municipais, podermos ter conhecimento do que se discutiu lá. Falo por exemplo, relativamente à Degest e à Escola de Hotelaria, a presença da Câmara nas Águas de Trás-os-Montes, entre outras atividades. Depois estes clippings das Newsletters, imprimir isto a preto e branco, é desperdiçar dinheiro. Na minha opinião é preferível que o documento tenha qualidade na informação, do que ter quantidade na informação.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação à questão da Informação do Presidente, com algumas diferenças e com as obrigações legais e respondendo aos dois diretamente, à *Fernanda Cerqueira* e ao *Nuno Sousa*.

A questão dos clippings da Newsletter, já tinha sido falado noutra Assembleia, foi um lapso, iremos corrigi-lo de imediato. Quanto à informação, é colocada com base na que é recebida na Câmara, à qual se juntam mais algumas notícias da Newsletter.

Sobre as reuniões, também concordo, até por questão de memória futura, quando a Assembleia Municipal, daqui a uns anos quiser saber o motivo da reunião, não está lá o motivo, pode ser um motivo qualquer.

Quanto à Comissão de Cidadania e Igualdade de Género, aprovámos na Câmara Municipal, um Plano Municipal de Igualdade, que tinha um conjunto de terminações de projetos, algumas eram até de cariz interno.

Também, no âmbito do que a Rede Social tem feito, nomeadamente a identificação das respostas sociais que falham (isto é, que não existem) no Plano do ano passado, que está a decorrer este ano, mas no PDS (Plano de Desenvolvimento Social) de 2013/2015, foi identificado o problema da violência doméstica, como ausência de resposta, isto é: Em termos de violência doméstica, as entidades que temos, são: a PSP (Polícia de Segurança Pública), que reage em atividade direta, até tem um quarto abrigo na própria Esquadra, que é uma coisa muito positiva que serve como apoio, depois passa para o Ministério Público. É assim que decorre e a partir daí, não obstante haver ali um momento entre o Ministério Público e a queixa, a maior parte das vezes a queixa desaparece e não há um seguimento.

No âmbito da Rede Social, foi identificada como prioritária, a questão de tratar a violência doméstica, como uma prioridade do Plano Municipal da Igualdade, que como digo, tem outras vertentes.

Este aspeto está-se a traduzir num conjunto de atividades, em que uma delas, foi a realização de formação para os atores da Rede, no âmbito da violência doméstica. No dia nove de março, - aproveito já para os convidar a todos – será feita uma grande ação com dois seminários, um a decorrer de manhã na Escola Secundária e outro a decorrer de tarde, aberto ao Público, que será dinamizado no âmbito do NIL, mas também na Rede Social, dedicado a esta temática, onde estarão diversos convidados

Eu julgo que ainda não foi divulgado o Cartaz, mas será divulgado muito brevemente. É uma atividade interessante.

E teremos no próximo CLAS, que será no dia 17 de março, se não houver problema de agendas, a assinatura de um Protocolo, com a entrada da cidade de Mirandela, na Rede de "Cidades Solidárias". E isto significa o quê?

Entrar na Rede, não é só por si muito importante, mas para além de proporcionar a presença nestas atividades que estamos a falar, vai permitir a criação de um elemento para nós é muito importante, que está neste momento a ser planeado: é a "Casa Abrigo de Mirandela", algo que não existia até agora. Já está identificada, já está preparada, terá que ser licenciada, precisará de ter um conjunto de regras, porque a questão da violência doméstica, para lá da questão social, há também um problema legal, quase sempre associado.

É um setor onde estamos a trabalhar bastante, que tem tido alguma dinâmica do ponto de vista de formação, realização de um seminário dedicado à violência doméstica promovido no dia 25 de novembro e várias atividades realizadas em Rede, embora com menor visibilidade.

Por falar em Rede, no dia 17 de março, vamos realizar um Conselho Municipal de Ação Social Local. Os Senhores Presidentes de Junta fazem parte, pelo que estão naturalmente convocados. Fizemos questão que as Juntas de Freguesia não façam parte apenas quando o solicitam, por esse motivo, são sempre convocados.

Os Senhores Membros da Assembleia que se queiram associar e que não sendo membros do CLAS, convido-os a participar.

Este próximo CLAS terá dois momentos:

Teremos um momento durante a manhã que será essencialmente dedicado a demonstrar algumas das atividades que estão a decorrer e a debater algumas questões, nomeadamente uma estratégia de LBC urbana. Apresentamos uma candidatura na área da inclusão. Iremos falar e apresentar outros planos e outros projetos, como sendo. Pactos Solidários de Escolha, enfim... vai ser apresentado um Cartaz de divulgação.

Durante a parte de tarde, gostaríamos de estabelecer um momento de debate aberto, para que pudéssemos estudar, debater, participar e falar sobre as estratégias de desenvolvimento social no nosso Concelho.

Fica assim o “Convite”, para que no próximo dia 17 de março, se associem a esta atividade e participem. É um conceito de Fórum Participativo, com mesas animadas, para que não haja só o debate aberto, é principalmente em termos de mesas.

Em relação a esta temática em específico, quero dizer que estamos a trabalhar bastante. Gostaríamos quando fosse dado mais destaque, quando já houvesse passos concretos, nomeadamente a criação da “Casa Abrigo”. Todavia continuamos com algumas dificuldades em relação à resposta social após identificação do evento. É aí que nós iremos trabalhar a seguir.

Naturalmente que a Rede tem algumas condições, quando falo na Rede é a Câmara e todos os elementos da Rede que podem contribuir.

Ao Senhor Arquitecto *Nuno Sousa*, dizer que é um prazer poder ter equipamentos públicos em Mirandela, que sejam de Arquitectos locais.

Nesse sentido, espero e tenho confiança que o projeto da *Ecoteca*, seja no futuro a *Ecoteca* que nós esperamos.

De qualquer maneira, não é uma questão de agradecimento, neste caso dá valor a Mirandela, contribui para aumentar o valor de Mirandela e nesse sentido, ainda bem, esperamos é ter capacidade de realizar outras obras semelhantes.

E também fica o meu reconhecimento, não só ao Senhor Arquitecto, mas a todos os técnicos que se envolveram na obra.

4.2 – Relatório de Inspeção Ordinária ao Município de Mirandela.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Estão abertas as inscrições.

Senhora Deputada *Rita Messias* faça o favor de intervir.

----- **A Senhora Deputada Municipal, Rita Messias (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente ao Relatório de Inspeção, em primeiro lugar queria dar os parabéns à Câmara por alguns aspetos que são mencionados aqui no Relatório, que referem nomeadamente a regularidade nos procedimentos com datação pública, são aspetos positivos e que é importante haver essa transparência, segundo é mencionado aqui no Relatório.

No entanto tem aqui algumas situações, que eu gostaria de pedir esclarecimentos, nomeadamente quanto a algumas desconformidades relativamente à autorização de acumulação de funções, saber se já foi implementado o sistema de controle e queria mencionar também duas situações que me parecem curiosas e que têm a ver com licenciamento de obras ilegais.

Uma delas, trata-se de uma Capela situada em Chelas que inicialmente foi licenciada em 30 de setembro de 2010. Penso que houve algum lapso na interpretação dos mapas das plantas do PDM, dos condicionamentos e da REN e vi que também foi feito um pedido à CCDRN, porque também iam sendo apresentadas queixas, relativamente a esta construção. E a CCDRN, emitiu um parecer em 19 de setembro de 2012, a indeferir a construção, que entretanto já tinha sido licenciada.

Admito que a Câmara tivesse tentado contrariar este parecer, mas a verdade é que o Despacho do Senhor Presidente para anular o licenciamento e terminar a abolição, aconteceu sete meses depois, em 12/04/2012.

O que acho estranho é que depois deste Despacho, não foi para mim evidente, se o Requerente foi notificado, porque segundo está no Relatório, só apenas em 16/12/2013, é que está lá retratado que o Requerente foi notificado.

Passaram-se aqui dois anos, desde o parecer da CCDRN, até à notificação do Requerente. Admito que tivessem tentado fazer a desanexação do terreno, na REN e tudo isso, mas eu questionava se realmente o Requerente foi notificado antes da data que está aqui mencionada, ou seja, em 16/12/2013.

Outra situação, tem a ver com uma moradia situada no Lote 15 do Loteamento Tua Sol, em que os Serviços Jurídicos da Câmara também emitiram um parecer para o dono da moradia pagar uma multa em 16/04/2012 e efetivamente o Senhor só foi notificado em 19/12/2013.

Há aqui uma grande discrepância de datas e curiosamente estas notificações são posteriores às eleições autárquicas de setembro de 2013.

Também questionava, quais os interesses que estiveram aqui, em causa, se foram interesses do Município, dos interessados ou se foram apenas interesses partidários.

Queria também saber, relativamente às dificuldades de interpretação das plantas do PDM e da REN e face à situação que ocorreu com a questão da Capela de Frechas, se foi implementada alguma medida para evitar que situações destas aconteçam, porque é muito constrangedor, para as pessoas terem primeiro uma licença para começarem a construir e depois terem que demolir, *ainda por cima*, serem eles a terem que pagar esses custos.

Portanto, desejava saber o que foi feito, para evitar situações semelhantes.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Carlos Fraga (Independente PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Praticamente, a Deputada anterior, Engenheira *Rita Messias*, já questionou aquilo que me estava na mente. Fica apenas um pormenor que eu queria questionar através da Mesa, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara.

Todos os Senhores Deputados sabem perfeitamente sobre esta matéria, nomeadamente quando se falou aqui da tal Capela na Quinta da Perfeita em Chelas e até pelas minhas convicções religiosas, que respeito todas as confissões religiosas e tenho com aquelas que estão inseridas no nosso Concelho boas relações institucionais, no campo que elas abrangem. Isto para dizer que esta

situação de ilegalidade da tal Capela em honra de Santa Maria Madalena, construída em propriedade particular em Chelas, que eu considero um imóvel bonito, em princípio não seria contra a sua demolição, nomeadamente depois de ela ter sido licenciada e construída, mas enfim, lei é lei e por mais que às vezes isso custe, a lei tem que ser cumprida. Houve todo um processo burocrático com algumas interrogações, como a Senhora Deputada *Rita Messias* já aqui questionou o Sr. Presidente e esperamos que nos esclareça sobre isso.

Mas já que este desfecho e em última instância a Câmara Municipal foi obrigada a reconhecer e a acatar as recomendações que lhe foram comunicadas pelo órgão competente, para a demolição do imóvel em causa. A notificação ao proprietário particular da referida Capela, para culto particular, segundo eu entendo, não público, está em terreno privado do Senhor *Manuel Augusto Prudêncio*, foi feita uma notificação pela Câmara Municipal, em 16/12/2013, concedendo-lhe então o prazo de 180 dias, ou seja meio ano, para a sua demolição, sob pena de a Câmara Municipal, tomar por ela própria a respetiva demolição, pagando o proprietário da mesma os respetivos encargos, isto relativo ao tal processo n.º 85/10.

Visto que a demolição ainda não ocorreu, eu questionava o Senhor Presidente da Câmara, por favor, então que me informasse o porquê, porque eu também vou estando atento e que eu saiba, pelo menos ontem à tarde, a Capela ainda estava de pedra e cal no mesmo local.

----- **O Senhor Deputado Municipal, *Dinis Veiga* (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Público em geral, muito bom dia e um bom dia de trabalho.

Em relação à Inspeção Ordinária ao Município de Mirandela, fiquei deveras satisfeito, porque cheguei à conclusão de que, realmente a parte técnica dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal, não fizeram praticamente nada de especial que chamasse a atenção á Inspeção.

Há aqui três ou quatro casos que são de fácil explicação e eu só lamento uma coisa: é que estes três ou quatro casos, são provocados por denúncias, o que revela que estamos numa sociedade em que não há princípios, não há valores.

O caso da Capela:

Eu conheço a Capela, aquilo é tão pequenino que nem para pombal serve. E é curioso que há um diferendo entre o acusador e o acusado e esse diferendo é que é trazido para aqui, para os serviços.

É evidente que a Inspeção tem que fazer o seu trabalho e verifica que ali há uma ambiguidade que está instalada. Porque se não houvesse essa quezília entre o acusador e o acusado, nada disto se passava, a Capela estava lá e lá continuava.

Mas eu queria refutar aqui uma ideia que a Senhora Membro da Assembleia Municipal do PS trouxe, porque referia-se ao caso que foi de ano de eleições e eu quero chamar a atenção à Senhora Deputada do seguinte:

Uma das quezílias que houve foi a edificação autorizada, relacionada com uma casa que foi feita num determinado loteamento.

É curioso que essa casa - as leis agora preveem Senhora Deputada, que o responsável pelo projeto e o responsável pela obra, pelo que está lá feito. Não são os Serviços Camarários. Aliás, Senhora Deputada, agora já nem há inspeções nem vistorias. Se o responsável pela obra fizer o seu documento de termo de responsabilidade, deixa de haver vistoria.

Mas eu quero chamar a atenção do seguinte:

É que essa obra e outra que também foi feita foram assinadas por uma Senhora Engenheira, que eu aqui não vou dizer o nome, mas está cá escrito e que por acaso era a candidata do Partido Socialista á Freguesia de Mirandela...curioso, não é? Haveria aqui alguma coisa partidária?! Com certeza que não!

Eu acho que este Relatório só dá um louvor aos Serviços Técnicos da Câmara.

Havia aqui outra situação, com o problema de gases de um restaurante, mas que foi também resolvida.

Quanto às acumulações, digo-lhe já, que eu sou contra. Não se devem autorizar acumulações, só em casos muito excepcionais. Se há pessoas no desemprego, não há direito de fazer acumulações.

Mas a minha intervenção baseou-se em dois pontos essenciais:

Dar os parabéns aos Serviços Técnicos da Câmara, que têm agido muito bem, pelo que vejo por este Relatório e denunciar que realmente houve aí favorecimento político. Não houve, porque uma das visadas, era a candidata do Partido Socialista à Freguesia de Mirandela.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, muito obrigado.

Gostava de lembrar que estamos a falar de uma Inspeção da chamada IGF (Inspeção Geral de Finanças), mas que antigamente era a IGAMAOT (Inspeção Geral de Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território), são aquelas inspeções que são transversais a uma Câmara Municipal e que vem para cá um Inspetor e que se instala aqui e vira a Câmara por todos os lados para encontrar inconformidades e também para encontrar queixas, como aqui foi dito.

Gostava que houvesse apenas o reconhecimento de entender o que aparece no Relatório final. É evidente que houve outras situações em que tivemos que fazer contraditório e estas são as que resultaram do Relatório Final.

Realmente, tenho que vos dizer: muito do que aqui está, naturalmente tendo o protagonismo político do Presidente da Câmara e dos seus Membros, tem muito a ver com o trabalho que esta Câmara faz do ponto de vista técnico interno, que muitas das vezes também é muito mal tratado na praça pública, exatamente pelos argumentos que vemos aqui a ser utilizados, de forma demagógica e injusta.

Primeiro ponto:

A questão da acumulação de funções, eu recorro que este Relatório foi em 2012! Hoje somos uma Câmara certificada em todos os setores de atividade da Câmara, desde a Contabilidade ao Administrativo. A resposta que demos, que há de ser enviada aos Senhores Deputados, é muito simples: Hoje temos um procedimento interno, que obriga a que todos aqueles que têm acumulações de funções as declarem até um determinado momento do ano e que são registadas porque senão existe uma inconformidade e podemos perder a renovação que tivemos recentemente da Qualidade, isto é, do “Certificado de Qualidade” que foi renovado há meia dúzia de dias – o nosso o da Associação de Municípios e outros. Se isso não acontecer, pura e simplesmente, temos uma não conformidade.

Portanto, na acumulação de funções, está a ser cumprido o procedimento que identificamos na qualidade, não por causa deste Relatório, mas apenas porque estamos em processo de certificação, foi implementado e estará neste momento a decorrer.

Em relação à Capela, vou-vos ler um parágrafo da nossa resposta de um Despacho que é claro, em relação àquilo que eu penso deste processo:

“Em conformidade com o informado e atendendo que a demolição das obras só deve ser ordenada como última e indeclinável medida sancionatória da ilegalidade cometida e a viabilidade de conformação da construção, com a Revisão do PDM, se mostra possível, não se deve deixar de emitir um juízo de viabilidade de legalização da construção, afastando-se assim a hipótese de demolição.”

Estou na Câmara Municipal há 12 anos sensivelmente e nunca ordenei uma demolição, que não fosse devidamente negociada e não fosse devidamente tratada.

Seja uma Capela, que neste caso é visível, ainda não percebi porquê?! Uma Capela é um elemento urbanístico, de construção exatamente igual ao outro, assim como há outros e houve outros e haverá sempre outros e hoje haverá outros que estão a ser contestados.

O que nós fazemos e sempre fizemos, é estar dentro do que é a interpretação interna. E a interpretação interna da Câmara, é esta que vos acabei de dizer, não obstante existirem outras interpretações.

É isto que nós defendemos, neste caso e noutros.

Não é uma questão da capela, por ser mais visível, é um dos três processos que aqui aparecem. Reparem, uma Inspeção Geral das Finanças, numa Câmara Municipal e temos três processos!..

E agora vou-lhe dizer sinceramente, Engenheira *Rita Messias*, levo-lhe a mal! Olhos nos olhos, não é o seu estilo, acusações de práticas dessas características!

Um Processo de Contra Ordenação nesta casa pode demorar três meses, até pode demorar um ano. Se calhar há alguns que até já prescreveram no tempo. Agora, uma acusação dessas fica-lhe mal e não merece a minha resposta.

Falta apenas um esclarecimento, dizendo aquilo que estamos a fazer, para não acontecerem mais situações iguais à da Capela, está agora a decorrer a Revisão do PDM, da REN e do trabalho que é feito em versão eletrónica que neste momento já está feito.

Muito obrigado.

----- **A Senhora Deputada Municipal, Rita Messias (PS) disse:**

Senhor Presidente, não precisa de falar com essa agressividade, porque eu fiz pequenas perguntas e gostaria de ter respostas concretas às perguntas que aqui lhe fiz. Penso que todos o merecemos.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Eu vou-lhe responder:

Tenho muita, muita confiança nos meus técnicos.

Aqui sou político, não sou técnico e a resposta a estas questões, é uma resposta técnica. Eu respondo às acusações políticas.

A Senhora fez uma acusação política, dizendo que eu por motivos partidários ou eleitoralistas suspendi a aplicação de uma multa e a isso eu respondo. A tudo o resto, respondem-lhe os técnicos.

Essa resposta poderá ser dada por quem acompanha os processos, está nos processos, repito-lhe: não se esqueça que para lá de vocês, este processo foi avaliado pela IGF e pelo Inspetor da IGF que pediu as suas respostas e identifica as não conformidades.

E a pergunta de cariz político que a Senhora fez aqui, foi uma acusação clara, – quando diz agressividade, não é agressividade. É apenas: *quem não se sente não é filho de boa gente*. Pôs em causa a minha honestidade política, dizendo que a multa foi suspensa.

Eu nem sequer entro no contraditório da questão do Professor *Dinis*, eu acho apenas que, quando se fazem acusações dessas, é porque não se querem respostas, porque acusar alguém de fazer isso, é crime.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Respeitando, obviamente, o entendimento que os Senhores Deputados fazem das intervenções de cada um dos oradores, a Mesa não detetou qualquer sinal de agressividade. Se o tivesse feito tínhamos usado a competência regimental.

4.3– III Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro.

-----Foi presente a deliberação da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada a 23 de fevereiro de 2015, com o seguinte teor:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos a favor (três dos membros do PSD, um do membro do PS Dr. José Manuel Morais e um do CDS/PP, Dr. Carlos Freitas) e uma abstenção do PS, Eng.º João Casado, conforme proposto:

1 – Aprovar o III Relatório Semestral de acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro;

2 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Estão abertas as inscrições.

Senhor Deputado *Faustino Cunha* faça favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Faustino Cunha (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros desta Assembleia Municipal.

Estamos neste momento a exercer uma responsabilidade das mais importantes da Assembleia Municipal.

Se tivéssemos exercido esta responsabilidade, bem, anteriormente, não estaríamos agora com este problema, porque cabe à Assembleia Municipal, controlar e aprovar os planos, etc. e portanto não teríamos caído na situação difícil, de deficiência de insuficiência da Câmara.

Com efeito, se a maioria tivesse acolhido os pareceres da oposição, aquando da análise dos orçamentos e dos planos de execução anteriores, a Câmara não estaria na situação de debilidade financeira em que se encontra.

Quero, porém, dizer que o Saneamento Financeiro da Câmara Municipal de Mirandela, não é um problema do Executivo, mas de todos nós, pelo que nos devemos envolver nos esforços que estão ou deveriam estar a ser desenvolvidos para o Saneamento Financeiro.

Posta esta questão de princípio, passarei à análise do documento, um pouco mais sinteticamente:

Dizer que na Medida 2, em que aparece a extinção das Parcerias Público Privadas, à AIN, reduzir o passivo da empresa e operacionalizar a sustentabilidade, o Metro Ligeiro de Mirandela, manter a exploração de serviço até à conclusão da Barragem do Tua, passando depois a responsabilidade do Metro para a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua.

Surgiu aqui uma surpresa minha, primeiro, uma questão. Esta Assembleia já decidiu a alteração dos estatutos, para a possível venda da AIN. Eu gostava de saber se houve evolução, se houve candidatos, como é que está a situação, uma vez que relativamente à AIN, não foram ainda disponibilizados dados.

E no que respeita ao Metro Ligeiro de Mirandela, a minha surpresa também reside no facto de nós termos aprovado aqui, por causa de um Relatório de uma inspeção de um auditor, a dizer que a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, não queria tomar posse da responsabilidade do Metro Ligeiro de Mirandela e à emergência de investimentos que podem pôr em causa a segurança do Metro Ligeiro de Mirandela, decidimos aqui pressão para que essa passagem fosse feita e afinal essa passagem só pode ser feita, depois da conclusão da Barragem do Tua. Fiquei surpreendido.

Por falar em Barragem do Tua, também fiquei surpreendido, que no último debate quinzenal na Assembleia da República, um partido político tenha questionado o nosso Primeiro-ministro, no sentido de que possivelmente se teria esquecido de levar à Assembleia da República o Relatório de Inspeção à Barragem do Tua, o Senhor Primeiro Ministro disse que sim senhor, que se esqueceu outra vez, mas a Assembleia Municipal de Mirandela não tem conhecimento de nenhum Relatório de Inspeção à Barragem do Tua e interessa-nos. Acaso a Mesa tem essa informação? Se a não tem deve diligenciar para a obter, a fim ser analisada aqui na Assembleia Municipal.

Há aqui também, acerca da medida 9, a redução e a racionalização de despesas de funcionamento, energia, etc. e de facto já parecem resultar algumas economias, mas eu continuo um pouco surpreendido, porque nós fazemos parte de uma Agência de Energia de Trás-os-Montes e não sei que resultados é que advêm para o Município de Mirandela, fazer parte desta Agência de Energia de Trás-os-Montes. Não foi facultado ainda qualquer informação onde se deduzir da vantagem desta Agência de Energia.

Já que falamos em energia, é uma surpresa, mas o Relatório é que diz, o Governo liberalizou o mercado da energia e isso só serve para aumentar os custos da energia, está escrito aqui no Relatório.

A finalizar, muito embora esta análise, vai ter lugar de uma forma mais concreta quando for da aprovação das contas de 2014, uma vez que há aqui dados que ainda podem sofrer algum ajustamento, mas não é de somenos importância, ver que a conta Fornecedores, possivelmente em 31 de dezembro de 2014, vai ter um valor global de 7 Milhões e 500 Mil € e na Informação escrita do Senhor Presidente, relativa à data de 30 de janeiro, a dívida a fornecedores é de 8 Milhões e 100 Mil €...cuidado porque em 30 de janeiro já avançamos com compromissos assumidos de 13 Milhões 455 Mil €, isto é apenas porque nos cabe cuidar para não cairmos em situações, que depois se começa mais a falar da Grécia

----- **A Senhora Deputada Municipal, Rita Messias (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente ao ponto do Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro, cumprimos também verificar que houve progressos positivos e portanto damos também os parabéns ao Município, pelo esforço que tem tido.

No entanto, há alguns casos, principalmente ao nível – conforme está relatado neste Relatório – da redução da despesa, não foi assim tão significativa, sendo que em algumas situações até é omissa em termos quantitativos, como por exemplo no ponto 13, que ficámos sem saber se a aquisição da aplicação informática trouxe benefícios em termos de redução de custos.

No que toca às receitas, verificámos que houve um significativo aumento da cobrança de impostos e taxas, mas verifica-se ainda que há mais de um milhão de dívidas de impostos e taxas.

Gostava Senhor Presidente, que nos esclarecesse esta situação e o que o Município está a repensar fazer para recuperar este valor que é elevadíssimo. Isto pode também indicar que as taxas e os impostos são elevados e que as famílias, face à situação social e económica que estamos a viver, não têm possibilidade de pagar.

Até que ponto, nomeadamente também, por exemplo ao pagamento concreto da água, saneamento e resíduos, em que o valor a cobrar também é bastante elevado, até que ponto não seria mais razoável implementar medidas de cobrança efetiva e reduzir também os custos destas taxas e impostos e nomeadamente a água, porque se as famílias pagassem menos, possivelmente conseguiriam cumprir e a Câmara receberia e as famílias pagariam menos e as coisas poder-se-iam resolver.

Portanto o nosso voto, do partido Socialista, vai no sentido da abstenção, neste ponto.

Muito obrigada.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Senhor Presidente da Câmara faça o favor de responder.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Naturalmente, tenho questões concretas que me foram colocadas às quais terei que responder, de forma concreta também.

Em relação ao Matadouro, - não à AIN - o processo está a decorrer, existem algumas questões legais que estão a ser tratadas pelos nossos ROC'S, mas candidatos não temos.

Eu expliquei aqui, quando foi feito o processo, que também é para responder a uma questão legal. Candidatos não temos, teríamos todo o gosto. Têm-se feito alguns contactos, nomeadamente para encontrar parceiros - mais parceiros do que nomeadamente compradores- mas não temos.

Sobre o Metro, vamos tentar separar as questões:

Primeira: a conclusão da Barragem é uma forma de dizer. A lógica era que dois anos antes da conclusão da Barragem já estivesse a decorrer a transição do serviço para o Metro. Isto está escrito no Memorando de Entendimento que foi feito por diversas entidades e que no mesmo sentido acabou por acontecer aqui.

Neste momento – também uma notícia que saiu nestes dias – tem que ser apresentado o projeto definitivo do Plano de Mobilidade. Mas atenção, isto é uma responsabilidade da EDP, não é da Agência. A Agência, é apenas a responsável pela gestão da concessão. Por esse motivo, eu aplaudí e continuo a aplaudir aquela iniciativa de pressionar aqui politicamente, porque quanto mais pressionamos politicamente, mais força teremos no sentido de a executar.

Como Presidente da Câmara e neste momento Presidente da Agência, tenho que vos dizer que de concreto, por enquanto, não existe nada. Estamos a falar do troço “Mirandela – Tua” e eu vou responder, visto que hoje temos uma Assembleia que nos permite falar e este é um assunto muito importante:

Barragem separada do Metro:

O Metro, temos feito um esforço enorme para garantir resultados positivos. Nos últimos dois anos, pela primeira vez, tivemos resultados positivos. Em 2014 vamos ter resultados positivos e se continuarmos neste trajeto, em 2015 voltaremos a ter resultados positivos. Mas é evidente que são resultados positivos, parados, isto é, não investindo, não evoluindo, mantermo-nos como estamos. Não é, evidentemente o futuro que queremos, no entanto estamos a fazer esse esforço, também para demonstrar que é possível gerir de uma forma adequada.

Já em relação ao Tua, é uma questão diferente:

Em relação ao Tua, por exemplo: o Relatório da Inspeção é da EDP e quem faz o Relatório é a IGAMAOT (Inspeção Geral de Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território). Quando vão ao local, fazem o Relatório e comunicam-no à EDP. E depois de ser comunicado à EDP, esta entra em contraditório e depois de entrar em contraditório – tal como aconteceu aqui com o IGF - nós só teremos conhecimento do Relatório de Inspeção, através da Comissão de Acompanhamento da Barragem. Quando isso acontecer, nós podemos dar conhecimento do Relatório da Inspeção. Eu não posso garantir que na próxima Comissão ele vai ser apresentado ou não, mas é apenas para entender o procedimento.

Há uma Comissão de Acompanhamento da Barragem, que é participada pelos Municípios, pela Agência Vale do Tua, pelo ARH Norte...são uns 30 participantes, que acompanham nas diversas vertentes.

Nós não temos informação privilegiada sobre o decurso da Barragem. Temos informação nesse conceito, porque participamos nas Comissões de Acompanhamento. Eu não participo na Comissão de Acompanhamento, porque nós identificamos o Engenheiro Barros como representante, o Doutor Silvano participa sempre porque é o Diretor Executivo, mas eu não participo diretamente.

Outra coisa são os Senhores Deputados que têm direito a todo o tipo de informação que o Governo possa requerer e disponibilizar.

Em relação à Medida 9:

A Agência de Energia foi constituída no âmbito da anterior Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes. O Relatório de Atividades até foi entregue com o Relatório do ano passado. Neste momento estamos com um problema: dividimo-nos e não sabemos muito bem o que vai acontecer daqui a uns dias. Em princípio a Agência pode ficar do nosso lado, “Terras de Trás-os-Montes” ou pode ficar do lado do “Tâmega”, não está decidido.

Mas, o processo de contratualização que foi feito pela Associação de Municípios, da contratualização conjunta dos Municípios, que fizemos um concurso internacional, foi todo ele constituído com base nesta Agência e no recurso desta Agência.



Está a ser feito também, um trabalho de SIG, em conjunto com a EDP, que é coordenado entre os Municípios. No nosso caso não, porque nós temos um quadro, mas também é sempre em coordenação. Por exemplo os redutores de fluxo que foram instalados nos outros municípios, não no nosso. No nosso, foi um processo nosso, feito por esta Agência.

O trabalho para o futuro ainda é o mais importante, porque este Quadro Comunitário é muito orientado no sentido da racionalidade e da eficiência energética.

Na tarifa da iluminação pública, é um setor onde temos investido bastante. Investimos na redução da iluminação, investimos na colocação dos redutores de fluxo e depois o aumento do IVA de 6% para 23% e no ano passado tivemos que pagar os contratos. - Não pagávamos contratos de iluminação pública e agora um contrato de iluminação pública é igual ao contrato que temos em nossa casa. Isto aumentou-nos os custos, o que significa que em quilowatts baixamos. Em dinheiro, continuamos a gastar sensivelmente o mesmo, apesar do pagamento de contratos e o aumento significativo do IVA.

Sobre as dívidas a fornecedores, esta é uma subida que a mim não me preocupa porque está perfeitamente controlada. Tal crescimento está perfeitamente plasmado naquilo que é hoje em dia a faturação que temos em razão do conjunto de obras que estão em curso.

Reparem:

Temos a Escola que estamos a construir, a “ESACT - Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo”, que neste momento devia estar a faturar mais de 300 Mil € por mês; Temos a ECOTECA, que aqui falámos há pouco; Temos o Museu do Azeite na parte da musealização; Temos o Quartel da Torre de Dona Chama que neste momento já está a faturar; Temos o Campo Desportivo, o que significa que são obras comunitárias, em que temos que faturar.

Como há atrasos nessa faturação e mesmo em termos do final do ano, as dívidas a fornecedores neste patamar, até junho/julho deste ano, vão continuar a estar elevadas, porque vamos ter que aumentar a faturação, pelo que é natural que haja essa decalage e até é provável que nos meses de abril/maio, exista um crescimento ainda superior dessa sub faturação, porque neste momento temos ainda mais de Um Milhão € para faturar na Escola e até junho temos de faturar esse Milhão € e se temos que o faturar, vamos ter que o executar.

Dizer à Engenheira *Rita Messias*, que informaticamente não há uma forma direta de avaliarmos o impacto direto das aplicações informáticas, mas a Câmara assumiu neste compromisso uma modernização administrativa com dois vetores:

Um vetor que tem a ver com a funcionalidade dos Serviços e um vetor que tem a ver com a transparência dos Serviços, o que está em prática.

Temos Plataformas que vão desde a Educação, a própria Plataforma da Qualidade, que está neste momento a ser implementada, uma Plataforma de Indicadores Financeiros que irão permitir saber em permanência todos os dados financeiros da Câmara e não só, como por exemplo ao ponto de sabermos a taxa de absentismo, quase ao nível de hora.

Estamos a fazer uma alteração profunda ao nível dos sistemas informáticos, transferindo e virtualizando todos os nossos sistemas, na Associação de Municípios.

Estamos a fazer um projeto de modernização, que vai trazer três pequenos GAM'S, para três aldeias, “Freguesias”, traduzindo numa vila e duas aldeias, três Gabinetes de Apoio ao Município que irão replicar aquilo que fazemos no Gabinete de Apoio ao Município.

Teremos *Sites*, brevemente a funcionar, o que significa que do ponto de vista da modernização e sistemas interativos para a população poder aceder de forma mais simplificada, nomeadamente: Mupis de rua, Mupis internos, plataformas de acesso e plataformas turísticas também.

Estamos com um desenvolvimento informático muito significativo, que também irá ser concretizado nos próximos dois ou três meses, que se traduz em benefícios operacionais para a Câmara. Hoje em dia é possível trabalhar remotamente em qualquer lado e diminuir os custos internos, nomeadamente de papel, mas também para a população.

Em relação à questão da cobrança, há dois tipos de cobrança: há a cobrança corrente e a cobrança que em alguns casos nós não sabemos se havemos de cobrar.

Neste aspeto também fizemos uma evolução:

Adquirimos uma aplicação Informática, por causa das consolidações informáticas e exatamente dessas questões. Não temos uma dívida corrente que nos preocupe, temos é um problema de consumidores fantasma que estamos a diminuir e um consumidor fantasma transforma-se numa dívida, quando não é.

Fizemos uma redução de consumidores fantasma que se traduziu numa limpeza de 150 Mil € de consumidores fantasma, muito recentemente, mas a questão que se coloca aqui é de alguns incobráveis de conflitos que temos.

Eu dou um exemplo: Continuamos a achar que devemos cobrar às Operadoras de Telecomunicações, a utilização das nossas condutas e agora saiu uma lei que nos dá razão e esperamos que este ano, com essa lei a dar-nos razão, se traduza efetivamente na cobrança, porque até agora, sempre que mandamos a fatura, eles contestam.

A minha interpretação sempre foi que devemos cobrar a utilização das condutas.

Pagamos uma taxa, que é a TMDP – Taxa Municipal de Direitos de Passagem, que é uma coisa diferente. Uma conduta se é da Câmara deve ser alugada e deve ser paga a sua utilização, seja por quem for: seja por um privado, seja por uma empresa.

Esta foi a interpretação da Câmara. Temos mencionado este aluguer nas faturas que lhes apresentamos e que eles contestam. Temos situações dessas em tribunal e de situações de cobrança, que efetivamente também às vezes não conseguimos cobrar.

Não considero que esta seja uma dívida preocupante, do ponto de vista da gestão, é mais preocupante por exemplo na área dos resíduos e da água. Foi uma transição que também fizemos. Todos se recordam que tínhamos os Serviços Municipalizados de Água e que eram de certa forma, independentes da Câmara Municipal, que tinham uma gestão própria e que quando houve a fusão provocou também uma oscilação enorme em termos do que eram os sistemas de faturação, os sistemas de controle e os sistemas de leitura. E há uma coisa muito importante, que eu repito aqui até à exaustão, que é a questão da certificação em qualidade.

Hoje em dia, qualquer inconformidade que se depara, em que não estamos a cobrar pelo que é previsto, temos que a resolver, sob o risco de mais tarde perdermos.

Não é propriamente uma dívida que nos preocupe, estamos a trabalhá-la, porque tem essas vertentes que são receitas que seriam muito interessantes se as conseguíssemos cobrar. Nós estimamos que o valor de condutas ultrapassaria os 600 Mil € /Ano, é o valor que estimamos, seria uma receita muito boa, que se podia refletir na redução de outros impostos, que seriam as operadoras a pagá-lo.

Estamos a trabalhar para isso e estamos a arranjar apoio. Houve recentemente uma reunião com a ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações- que é a entidade reguladora das comunicações, para tentarmos garantir que isso vai acontecer no futuro.

Para terminar, Senhor Presidente, só para dizer que houve aqui um dado que é importante também, a que sugiro também a leitura atenta, que é a redução da dívida que temos vindo a fazer, de forma gradual e contínua, de acordo com os valores a que nos propusemos, garantindo que no final do ano de 2014, não fomos penalizados, porque não ultrapassámos os limites que nos foram dados pela Direção Geral das Autarquias Locais.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Muito obrigado também.

Senhor Presidente da camara tem de novo a palavra.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, se me permite, eu faço um esclarecimento.

É assim, a lei não é clara em relação a esta situação e aquilo que diz é: “Apreciação”.

A primeira interpretação que fizemos no anterior Relatório foi que ele era votado. Eu julgo que se votámos o primeiro, devíamos votá-los todos, isto é, por uma questão de coerência. Penso que, uma vez que a Assembleia foi esclarecida, não haverá qualquer problema nem reserva em se proceder á votação.

A lei não é clara sobre este assunto e mais vale votarmos do que ficarmos na dúvida, sobre se amanhã virmos o Relatório devolvido, por não ter sido votado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

De facto, no exemplo anterior, foi votado. Mas os Senhores líderes de cada Grupo Municipal, podem dirigir à Mesa a vossa opinião, para que os trabalhos não sejam interrompidos.

Vamos votar.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 46 votos a favor, (36 votos do PSD e 10 votos do CDS/PP), 6 abstenções do PS e 1 voto contra da CDU, aprovar III Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Antes de prosseguirmos, uma “Declaração de Voto” do Senhor Deputado Municipal, David Garrido.

----- **O Senhor Deputado Municipal, David Garrido (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto:

A minha Declaração de Voto, relativamente ao “voto contra” sobre o III Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro, a razão é a seguinte:

É que a receita que vem aqui, é essencialmente, (na minha opinião) á custa do aumento de impostos e isto, eu não posso estar a favor.

Depois, este Plano de Saneamento Financeiro só surge, porque houve má gestão, senão não havia este Plano de Saneamento.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Ponto 4.4 na Ordem do Dia. Por ter sido votado em sessão anterior, este ponto foi retirado da Agenda.

Outros Assuntos de Interesse para o Município

5 - Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**



Estão abertas as inscrições.

Estão inscritos os Senhores Deputados Municipais: *Fernando Mesquita; Nuno Sousa; Paulo Pontes; Rita Messias; Carlos Fraga; Ana Pimpão e António Figueiredo.*

A palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia Fernando Mesquita.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama, *Fernando dos Reis Mesquita* disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta intervenção destina-se à apresentação de duas Propostas de Louvor, para as quais peço desde já a vossa compreensão e apresento-as por duas razões:

Primeiro, porque as pessoas em causa merecem este reconhecimento e em segundo lugar porque entendo ser nosso dever, reconhecer neste local, o mérito das pessoas que estão à frente de determinadas instituições.

E começo por vos ler a primeira:

Proposta de Louvor e Reconhecimento

É comum e recorrente dizer-se que os bombeiros são os soldados da paz, que é nobre a sua missão e que o seu trabalho nos merece o maior respeito e admiração. Isto é verdade e o seu reconhecimento é da mais elementar justiça.

Mas não podemos esquecer que, para além dos bombeiros propriamente ditos, enquanto corpo operacional, as Associações Humanitárias têm também dirigentes que, embora sendo fundamentais para o cumprimento da missão do corpo ativo, raramente veem o seu trabalho reconhecido.

Estou, naturalmente, a referir-me aos corpos sociais dessas Associações Humanitárias.

São homens e mulheres que voluntária e gratuitamente dedicam muito do seu tempo a estas associações e que por isso merecem o nosso reconhecimento.

As eleições do passado dia 21 de dezembro para os órgãos sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros de Torre de Dona Chama, que decorreram com toda a normalidade e grande participação, ditaram a vitória da lista “A”, cujos elementos tomaram posse no dia 8 de janeiro deste ano.

Este ato eleitoral pôs fim a três mandatos consecutivos (nove anos) da direção cessante.

Foram nove anos de trabalho intensivo e difícil de uma equipa cujo mérito foi, e é, reconhecido quer pelos sócios quer pela população em geral.

Compete-me, enquanto Presidente da Junta da Torre, reconhecer e realçar a competência demonstrada por todos os elementos da direção cessante, corporizada na pessoa do seu Presidente.

Assim, e porque se trata de uma associação do nosso concelho, proponho que esta assembleia aprove um voto de reconhecimento e louvor pelo trabalho feito durante os últimos três mandatos, por todos os elementos dos órgãos sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Torre de Dona Chama, nomeadamente a direção presidida por *Paulo Manuel Pinto Miguel*.

Desta Proposta deve ser dado conhecimento às seguintes instituições:

- Liga dos Bombeiros Portugueses.
- Autoridade Nacional de Proteção Civil.
- Federação dos Bombeiros do Distrito de Bragança.
- Câmara Municipal de Mirandela.
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Torre de Dona Chama.
- Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama.

Passo a ler-vos a segunda Proposta:

Proposta de Louvor e Reconhecimento

Teve lugar na passada quarta-feira dia 25 de fevereiro de 2015 na Livraria *Ferin* em Lisboa, o lançamento do novo romance, com o título “*Passos Perdidos*”, da autoria do escritor torriense *Ernesto Rodrigues*.

Ernesto Rodrigues, nasceu na Torre de Dona Chama em 1956 e celebrou no final do ano transato, 40 anos de carreira literária.

Ao longo destes 40 anos, *Ernesto Rodrigues*, foi ficcionista, crítico, ensaísta e tradutor de húngaro, jornalista, leitor de português na Universidade de Budapeste e assistente no Instituto Politécnico de Bragança.

Colaborou ainda com o ISLA de Bragança e com o Instituto Piaget, em Macedo de Cavaleiros.

Licenciado, Mestre, Doutor e Agregado em Estudos de Literatura e Cultura pela Universidade de Lisboa, é, desde 1989, Professor na Faculdade de Letras desta Universidade.

Primeiro Presidente da Direção da Academia de Letras de Trás-os-Montes, entre (2010-2013), é atualmente Presidente da Assembleia Geral.

Escritor de qualidade reconhecida por muitos dos seus pares, possui também um invejável curriculum académico.

Das suas principais obras de ficção e poesia deixo aqui elencadas as seguintes:

Várias Bulhas e Algumas Vítimas, novela 1980; *A Flor e a Morte*, contos e novelas, 1983; *A Serpente de Bronze*, romance, de 1989; *Torre de Dona Chama*, romance, de 1994; *Histórias para Acordar, contos para a infância*, de 1996; *Sobre o Danúbio / A*

Duna Partján, poesia e ficção, Budapest, 1996; *O Romance do Gramático*, romance, 2011; *Do Movimento Operário e Outras Viagens*, poesia, e a *Casa de Bragança*, romance, ambos de 2013.

Crítico na Imprensa escrita desde 1979, foi editor literário de 35 volumes, salientando-se *Ramalho Ortigão “As farpas Completas”* (6 vols., 2007), *Tomé Pinheiro da Veiga, “Fastígna”* (2011); *Padre António Vieira, “Sermões do Rosário / Maria Rosa Mística II”* de (2013).

Responsável pelos 3 vols. de *Atualização* (Literatura Portuguesa e Estilística Literária) do *Dicionário de Literatura* dirigido por *Jacinto do Prado Coelho* (2002-2003); recolheu o ensaísmo em *Mágico Folhetim*, Literatura e Jornalismo em Portugal, em (1998); *Cultura Literária Oitocentista* (1999); *Visão dos Tempos*, Os Óculos na Cultura Portuguesa, em (2000); *Verso e Prosa de Novecentos*, em (2000); *Crónica Jornalística Século XIX* (2004); *“O Século” de Lopes de Mendonça; O Primeiro Jornal Socialista* (2008); *A Corte Luso-Brasileira no Jornalismo Português (1807-1821)* (2008); *5 de Outubro – Uma Reconstituição* em (2010). Traduziu ainda uma vintena de obras húngaras.

Este importante trabalho desenvolvido em prol da cultura portuguesa, é também um inegável contributo na divulgação da nossa terra.

É por isso que, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama, proponho que esta Assembleia aprove um Voto de Reconhecimento e de Louvor, ao Escritor Torriense *Ernesto Rodrigues*, pela sua obra literária e pelo que ela significa para a nossa terra e para o nosso concelho.

Desta Proposta, deve ser dado conhecimento ao próprio e às seguintes instituições:

- Universidade de Lisboa.
- Academia de Letras de Trás-os-Montes.
- Câmara Municipal de Mirandela.
- Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama.

----- **O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, Paulo Pontes disse:**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Comunicação Social, Excelentíssimo Público.

A razão de eu vir aqui, é simplesmente para de certa forma aplaudir e me congratular com a decisão executada rapidamente, na sequência de uma proposta minha, feita de uma ideia lançada na última Assembleia Municipal, que era de o Executivo da Câmara poder realizar Reuniões de Câmara nas Freguesias e de facto foi rápida a decisão de o fazerem, por isso quero agradecer ao Senhor Presidente da Câmara, por ter elegido a União de Freguesias de Franco e Vila Boa a primeira Freguesia a ter essa Reunião.

Essa Reunião já foi realizada no Franco no dia 23 de fevereiro, já todos terão conhecimento, mas acho que é de justiça e é minha obrigação informar dessa tomada de decisão.

Penso que a reunião foi profícua, quer para a Junta de Freguesia, quer para o Executivo da Câmara, não só os Senhores Vereadores a tempo inteiro, como os Senhores Vereadores da oposição. Acho que saíram de lá com um conhecimento mais objetivo, no terreno, das necessidades que as Freguesias sentem e suponho que esta decisão irá ter continuidade nas restantes Freguesias.

----- **A Senhora Deputada Municipal, Rita Messias (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Volto hoje a trazer a esta Assembleia, o assunto relativo à gestão da água, dos Serviços de Água e Saneamento em baixa, no sentido de solicitar esclarecimentos, relativos a esta questão.

Pretendíamos saber, Senhor Presidente, qual é a posição atual do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, quanto à concessão do Serviço de Água e Saneamento em baixa, ser entregue à Empresa de Resíduos do Nordeste, tal como a maioria dos Municípios, (penso eu), ou à Empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro. Gostaríamos de saber qual era a sua posição atual, face a esta matéria.

E uma vez que o Senhor Presidente é também Presidente da Empresa Resíduos do Nordeste, pode informar-nos qual é o ponto da situação do estudo de viabilidade económica e financeira que a CIM-TTM – Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, solicitou à Empresa Resíduos do Nordeste, para fazer o serviço de gestão, da água conjunta em baixa e quando estaria previsto sair esse estudo.

Outra questão: caso o serviço de águas em baixa venha a ser concessionado como o previsto, o que irá acontecer aos atuais trabalhadores desse departamento?

Gostaríamos de obter uma resposta objetiva a estas questões.

Quero ainda assinalar um caso particular que está a acontecer na Freguesia de Mascarenhas:

Chegaram-nos alguns comentários das más condições em que a água de saneamento público chega a casa dos habitantes desta aldeia.

Falei com algumas pessoas que dizem que no inverno, principalmente na época das chuvas, a água sai castanha, da torneira, não sendo possível utilizá-la na alimentação, nem para a higiene pessoal e nem para lavar roupa, pois esta fica escura.

Segundo as informações recolhidas, o problema está na canalização. A conduta da água de captação até à aldeia, é já bastante antiga e nunca foi reparada, porque efetivamente, na nascente a água, segundo dizem, é de boa qualidade.

Estes problemas já foram referenciados à Câmara Municipal, mas segundo apurámos, nada foi ainda feito. E uma vez que já se arrasta há algum tempo, vimos auscultar esta Câmara, para saber qual o ponto da situação e se estão a pensar e quando solucionar este problema pois trata-se de uma necessidade básica da população.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Nuno Sousa (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

São dois assuntos muito breves:

O primeiro é para felicitar a eleição do Presidente do Corpo de Bombeiros de Torre de Dona Chama, o *Paulo Costa*, e dar-lhes a eles os nossos parabéns e a toda a sua Direção, desejando-lhes votos de um bom mandato.

O outro ponto, tem a ver com a revisão do PDM (Plano Diretor Municipal).

De facto, está a terminar o prazo do PDM e eu queria deixar aqui apenas duas ou três notas que considero relevantes, daquilo que pude analisar dos documentos do PDM.

Salvo melhor opinião, parece-me que alguma da cartografia ou ortofotomapas utilizados, nomeadamente sobre a cidade de Mirandela, estarão desatualizados em relação àquilo que existe atualmente, ou seja, há edifícios públicos que já existem e que esses mapas não têm essa representação. E naturalmente, parece-me que em certos pontos, as propostas apresentadas, poderão estar desatualizadas, não só a nível dos edifícios, mas eventualmente com alguns traçados de vias. Julgo que, por exemplo aquele novo acesso à A4 não está lá identificado. São pequenos acertos que serão necessários ajustar.

Há localidades pequenas, nomeadamente aldeias anexas, que também não foram contempladas com mapas mais detalhados ou plantas de ordenamento mais detalhadas, ou seja, os núcleos urbanos dessas povoações. As sedes de freguesias têm essas plantas, mas há outras que não têm ou então estarão numa pasta digital ou noutra sítio que eu não tenha reparado. Se existe para todas as aldeias do concelho, as minhas desculpas se poderei estar errado.

Quanto aos mapas de ruído, por aquilo que eu pude constatar, estão à escala de 1: 25000.

Aliás, a matriz principal do novo PDM, continua a assentar nestes mapas de escala 1: 25000. Há outros Municípios que já optaram por escalas superiores, escalas que permitem mais detalhe e que são mais precisas. No entanto isto são opções e no meu entendimento enquanto alguém da área de arquitetura e de urbanismo, acho que a escolha da manutenção destas escalas, torna quase inviável a leitura da informação gráfica, que parece que estão de alguma forma erradas.

Mas em relação aos mapas de ruído, de facto, estas escalas de 1: 25000, acontece que as zonas afetadas pelos ruídos, vários índices que compõem esse ruído, são quase impercetíveis, porque estamos a ver esses mapas à escala do concelho, ou seja, torna-se quase insignificante as zonas ruidosas a essa escala.

O importante era por exemplo, no que concerne a Mirandela, houvesse um mapa com mais detalhe relativamente à cidade ou eventualmente à Vila da Torre, pelo menos onde existem zonas de ruído.

Eu acho que o PDM, - isto numa análise mais política - não deve ser encarado como um documento tipo "Plano e Orçamento" da Autarquia ou um documento de opções políticas de um executivo. Deve ser um documento transparente, aberto à sociedade civil, ou através do envolvimento de outras instituições públicas, académicas, que muitas vezes estão munidos de técnicos que têm massa crítica para desenvolver o programa estratégico para a criação destes PDM's.

Contudo, a Comissão de Acompanhamento que foi criada pela CCDRN, para este documento (desculpem-me se vou ofender alguém)...mas aquela comissão é quase uma treta, porque estão ali entidades que estão apenas a cumprir calendário jurídico. Alguns desses técnicos que representam essas instituições, pouco ou nada têm de conhecimento da região, do nosso concelho e sinceramente estão ali, para de alguma forma, cumprirem os requisitos que estão plasmados na legislação.

No meu entender e é a minha opinião, estes PDM's, seja o de Mirandela ou de outros concelhos da região, deviam ter uma matriz intermunicipal. Deviam ser desenvolvidos no âmbito da CIM-TTM, até em sintonia com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal. Haveria um melhor aproveitamento das sinergias para desenvolver esta região.

Os regulamentos e os planos, de alguma forma, até são transversais, nas suas estratégias, seja no Município de Mirandela, seja noutra Município. Faria sentido que estes documentos fossem mais integrados, com um plano estratégico intermunicipal, porque o que estamos a fazer e está legal, não estou a pôr nenhuma crítica relativamente a isto, mas o que se está a fazer e continuamos a fazer, é que cada Município está a criar um documento para manter, desculpem-me a expressão, uma quinta com meia dúzia de hectares, quando efetivamente podíamos estar em conjunto, a desenvolver uma quinta, com centenas de hectares e projetar essa quinta com outro tipo de trabalho.

Eu acho que podíamos até, ser um exemplo a seguir, para o resto do país, se tivéssemos tido uma iniciativa deste género, do que andarmos aqui continuamente, nesta estratégia mais localizada. É a minha opinião técnica, mas não há aqui nenhuma discordância. A legislação assim identifica, que os Planos Diretores Municipais, são municipais, agora, na minha opinião, acho que se perde aqui uma oportunidade de criar um projeto mais abrangente e mais intermunicipal.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Carlos Fraga (Independente PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pegando nas palavras do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara ao dizer que não se formularam questões inerentes ao nosso Município e se desviou a conversa para outros Municípios vizinhos. De facto as coisas têm estado calmas, mas para a próxima semana as coisas vão deixar de estar assim tão calmas, vamos ter esse grande evento, que é a Feira da Alheira e vamos ter a presença cá do Senhor Primeiro-ministro e eu sei que as coisas terão outro bulício.

Mas, aqui, enquanto Deputado Municipal e enquanto cidadão de gema deste concelho, venho dar conta de uma preocupação e que fez ontem (dia 26) onze anos, em que eu fiz chegar a todo o Executivo de então, que era o que estava em regime de permanência e de não permanência, uma petição, que era assinada por 107 comerciantes e feirantes desta cidade e não se correu Mirandela *de fio a pavio* para recolher assinaturas, foi apenas uma pequena amostra, onde nos insurgíamos contra o calendário das feiras semanais, a realizar na cidade, porque foram alteradas em 28 de novembro de 2003, por unanimidade de todo o Executivo e foi em minha opinião, a primeira grande machadada, para acabarem com as feiras genuínas na cidade de Mirandela e o doer-me esta insensibilidade e depois a Assembleia Municipal de então e ainda restam aqui alguns elementos, também ela, por maioria, em 29 de



dezembro de 2003, votou esse regulamento e essa alteração. Salva-se aqui a CDU e honra lhe seja feita ao Deputado, já falecido, nosso conterrâneo, Doutor *Fernando Pilão*, porque, quer o CDS/PP, quer o PSD, quer a bancada do Partido Socialista, não tiveram a coragem de fazer o quer que fosse, para defender, a tese desses 107 comerciantes.

Desses 107 signatários, restam hoje, com comércio, menos de um quinto. Há outros fatores, mas a verdade é que foi um erro crasso.

Queria dizer também que nessa Assembleia de 29 de dezembro de 2003, também uma deputada, que hoje está aqui presente, eleita pela primeira vez por um grupo de cidadãos independentes, também votou a favor dessa alteração.

Foram feitas as diligências necessárias junto do Executivo, junto do Presidente da Assembleia, junto do Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, o Sr. Doutor *Rui Magalhães*, que hoje é Vice-Presidente da Câmara, nem fomos tidos, nem ouvidos nas nossas pretensões.

Alteraram-se só as feiras de Mirandela, as da Vila de Torre de Dona Chama, estão muito bem no calendário que estavam e continuam a estar. A da Bouça, também e outras que constam noutras freguesias, provavelmente até já nem se realizarão.

E hoje constata-se que o calendário das feiras, passados 11 anos, a feira semanal à Quinta-Feira, veio acabar com as feiras na cidade, porque o ter mais quantidade, não significa qualidade. Já na altura havia dificuldades de população, dificuldades de meios de transporte para a população rural poder vir todas as semanas à cidade, portanto foi um erro terem-se extinto as feiras históricas, “3, 14 e 25” de cada mês.

Honra seja feita também à Junta de Freguesia da altura, na pessoa do Senhor Presidente e hoje Vice-Presidente da Câmara, o Doutor *Rui Magalhães*, quando ele diz e nos é respondido numa Deliberação da Junta de Freguesia de Mirandela, que passo a citar: “*Não existirão outros mecanismos que permitam auscultar com maior rigor, a vontade dos feirantes, comerciantes e industriais? Estamos convictos que sim, bastando haver vontade política para tal. Porque não ouvir as suas opiniões, num contexto de inquérito. Para problemas difíceis e controversos, soluções diferentes.*” E Depois vem a Deliberação, que: “*o Executivo deliberou, por unanimidade, propor à Câmara Municipal de Mirandela a realização do inquérito de opinião, a todos os feirantes, comerciantes e industriais de Mirandela, através de recurso a funcionários camarários e caso a opinião fosse favorável, às feiras históricas “3, 14 e 25”, propor a alteração ao art.º 3.º do Regulamento Interno do Recinto de Feiras da cidade de Mirandela e ao art.º 3.º do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho, exercida por Feirantes, no concelho de Mirandela.*”

Essa proposta não teve eco junto do Executivo e continua a não ter, porque no passado dia 12 de janeiro, este Executivo em funções e também em regime de não funções, incluindo os Senhores Vereadores da oposição, também aprovaram por unanimidade, mais uma vez, o Plano para as feiras de 2015.

Ou seja, nós temos um recinto de feiras, que também já agora, diga-se, por imperativos que a Câmara devia ter o cuidado de rever, porque aquele recinto, não se chama recinto da Reginorde, chama-se “Recinto de Feiras e Exposições Doutor *Mário Soares*”, desde fevereiro de 1987.

Depois, o próprio decréscimo da feira, já levou parte daquele recinto onde está a ser construído o Parque Desportivo da cidade e gostaria que o Senhor Presidente respondesse se aquele parque que está nas traseiras da Esquadra da PSP, para o que vai ser futuramente...agora só há lá paralelos e contentores do lixo.

----- **A Senhora Deputada Municipal, Ana Lúcia Pimpão (PSD) disse:**

Bom dia Senhor Presidente da Assembleia e Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara e restantes Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Comunicação Social e Público restante.

A minha intervenção em representação da Junta de Freguesia de Fradizela, é essencialmente informar, que com o intuito de dinamizar a freguesia de Fradizela, com foco ao plano agrícola e á importância do tecido económico local, organizámos a “Feira do Vinho e do Bacelo”.

Assim, em nome do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela *José Santos Sousa*, convido Vossas Excelências e família, para a abertura da Feira Vinho e do Bacelo a realizar no dia 01 de março (domingo) pelas 14 h. 30, na Fradizela.

Serão todos muito bem-vindos.

Obrigada.

----- **O Senhor Deputado Municipal, António Figueiredo (PSD) disse:**

Bom dia a todos.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, meus Senhores e minhas Senhoras e Comunicação Social.

Eu tenho aqui uma situação um bocado irónica, estava para não ler isto que fiz aí à mão e vou dar-lhe o título “O desagrado do Ano da Cabra”.

As redes sociais viram ontem ou anteontem, circular um excerto de uma discussão, em que o líder socialista *António Costa*, perante a Comunidade Chinesa, admite que houve evoluções positivas no país, nos últimos quatro anos.

E diz o líder socialista: “*Como nós dizemos, em Portugal os amigos são para as ocasiões e numa ocasião difícil, para o país, em que muitos não acreditaram que o país tinha condições para enfrentar e vencer a crise, a verdade é que os investidores chineses disseram “presentes”, vieram e deram um grande contributo para que Portugal pudesse estar hoje na situação em que está, bastante diferente daquela em que estava há quatro anos atrás.*” Na brincadeira, o líder socialista disse isto, o grande *António Costa*, o salvador, o homo sapiens da política portuguesa.



E vem um outro indivíduo, militante, mas que agora já não é militante, um Chefe da Casa Civil do antigo Presidente da República, a classificar de vergonhosa a intervenção de *António Costa*.

Eu não direi vergonhosa, - estamos no ano da cabra – mas a boca, de certeza que lhe fugiu para a verdade.

É evidente que o país tem as dificuldades que tem e toda a gente o reconhece, não estou aqui a dizer que o país está muito bem, as pessoas vivem num patamar imaculado, não estou nada a dizer isto, mas qualquer coisa melhorou e de certa maneira, os sacrifícios que os Portugueses fizeram, estamos neste momento a tentar sair das areias movediças, onde o PS e o Senhor Engenheiro *Sócrates* nos colocou.

Isto, realmente, é verdade, hoje, o grande líder *António Costa*, fala no *Jornal i*, que não entende a perplexidade dessas palavras, porque as mesmas foram ditas num contexto, completamente diferente. Por isso não acha estranho o porquê da vergonha da chinesice em que o *Alfredo Barroso* colocou o líder do Partido Socialista. Talvez seja uma brincadeira de mau gosto, digo eu.

E diz o *Alfredo Barroso* que é um passo fatal, é um tiro de canhão, no coração do PS.

Diz ainda *Alfredo Barroso*, que *será alvo de críticas por parte do aparelho socialista, não duvida das miseráveis campanhas que a ralé que tomou conta do aparelho do PS é capaz de se atrever e desenvolver contra mim.*

Afinal, valeu a pena, com alguma pena minha, mas o tal empobrecimento de que tanto se fala, não é tanto demagógico em relação àquilo que o PS diz em relação ao PSD, mas também o PS, vem com falinhas mansas para simplesmente se apropriar de um poder que lhe fugiu.

O meu caro colega *Nuno* disse aqui uma verdade: O PDM não é ilegal. Eu falei em todas as reuniões em que participei nas várias Comissões de Acompanhamento daquilo que estávamos a fazer.

Ora, nessa altura, devia o meu colega dizer que as situações não seriam as mais viáveis para uma nova redefinição do PDM em relação à escala, que ele tanto preconizou, que é a escala 1: 25000.

É evidente que há irregularidades, quer queiramos, quer não. Sejam 25000, sejam 10000, sejam 15000, etc. Há irregularidades em qualquer tipo de escala. Há um trabalho de campo que todos os indivíduos que fazem parte das comissões andaram no terreno verificaram in loco, aquilo que pertencia à REN, o que poderia ser REN (Reserva Ecológica Nacional) ou o que poderia ser RAN (Reserva Agrícola Nacional), etc. etc. Tudo isso foi elaborado e discutido nessas comissões.

Diz o meu colega que o PDM não é um Plano abrangente, mas eu acho que é. É evidente que nessas comissões existiam outros colegas Arquitectos e Engenheiros de outros municípios e portanto é uma situação de abrangência em relação aos vários concelhos. Assim, eu penso que há uma certa interdisciplinaridade entre os vários municípios.

É certo que dada a complexidade de execução deste PDM ou de qualquer outro PDM, é muitas vezes criada uma situação de não verificação em termos de trabalho e em termos de cartografia.

----- **O Senhor Deputado Municipal, *Nuno Sousa* (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu queria dizer que fiz a análise sobre o PDM, sobre aquilo que está em discussão Pública agora.

Eu nunca fiz parte de comissão alguma, fui como acompanhante de quem representa oficialmente esta Assembleia nessa comissão. Uma coisa é vir aqui à Assembleia dizer que ocorreu a reunião, outra coisa é a disponibilização.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão*:**

Eu lembro aos Senhores Deputados e a esta Assembleia, para sermos concisos e muito objetivos.

Estamos num Período muito claro de Outros Assuntos de Interesse para o Município e compete a cada um dos eleitos, ser claro e integrar-se dentro desse princípio.

----- **O Senhor Deputado Municipal, *José António Costa Ferreira* (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto, acompanhando as palavras do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, este ponto da Ordem do Dia, das Assembleias Municipais, refere expressamente que se trata, para tratar de assuntos de interesse para o Município.

A perplexidade relativamente ao Secretário-geral do PS, *António Costa*, por parte do Deputado *António Figueiredo*, é também a minha perplexidade em trazer este assunto para um ponto que deveria de tratar de assuntos apenas de interesse para o Município.

Confesso que não consigo alcançar qual o interesse para o efeito nesta Assembleia, uma vez que dispunha do Período Antes da Ordem do Dia para as declarações políticas e seria o mais indicado.

Mas querendo ser prestável na perplexidade que manifestou, face à perplexidade que o Secretário-geral do Partido Socialista *António Costa* mostrou como indicou no *Jornal i* de hoje, vou tomar a liberdade de partilhar uma mensagem enviada pelo Secretário-geral do partido Socialista *António Costa* a todos os militantes, fazendo-o particularmente ao Senhor Deputado *António Figueiredo* e aos restantes Membros da Assembleia Municipal.

E diz assim:

“Fico perplexo que pensem que a oposição ao Governo, me impede de defender o país e que ao dirigir-me a investidores estrangeiros no exercício de funções institucionais, em vez de valorizar os fatores positivos de Portugal, me centre no aumento da pobreza, do desemprego, da emigração, da estagnação económica, dos cortes dos salários e das pensões. Para destruir a confiança, já basta o Governo, não confundo oposição com “bota abaixismo”. Todos sabem bem o que penso do estado do país e da urgência de mudar de política e de Governo. Por mais que digam, não alteram a dura realidade que a Comissão Europeia confirma. Portugal mantém desequilíbrios excessivos, que determinam vigilância reforçada. Cortes nos apoios sociais, afetaram

mais os mais pobres e foi o país que sofreu maior aumento da pobreza, mais 210 mil pessoas. A essa realidade, respondemos com a nossa alternativa.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Antes de dar a oportunidade regimental ao Senhor Presidente da Câmara, deixem-me transmitir aos Senhores Deputados e a esta Assembleia, o dever que temos de respeitar o Regimento.

Cada um de nós, eleitos, temos a obrigação de sermos objetivos e de obedecermos ao conteúdo regimental.

A Mesa tem cumprido o seu dever, repetidamente.

Estamos num Período de Outros Assuntos de Interesse para o Município e com umas oscilações e com alguma inteligência e experiência que se vai tendo na retórica, podemos de vez em quando alargar, sendo certo que a Mesa tem também uma tolerância que é comprovada e respeitada pelos Senhores Deputados.

Eu chamo mais uma vez a atenção, em nome da Mesa e no cumprimento do dever do Regimento de nos integrarmos objetivamente sobre isto, para que aquela desejada funcionalidade e qualidade dos nossos serviços, seja visível e seja observada pelos demais e pelas pessoas que nos observam e leem.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu gostaria de acreditar que esta Assembleia, sendo um espaço de debate e aberto, é um espaço de debate que nos permite debater os assuntos de Mirandela no seu contexto nacional e naturalmente, a política nacional é importante para o desenvolvimento da política local, mas principalmente com a objetividade de acreditar que fomos eleitos para aqui defender os interesses das nossas populações, com a confiança que essas populações colocam em nós.

Nesse sentido e principalmente em Outros Assuntos, como concordo plenamente, que esses assuntos devem ser Outros Assuntos do Município e não Outros Assuntos da política nacional.

Relativamente às questões que me foram colocadas sobre este Município quero dizer o seguinte.

Gostaria de dizer que enalteço, quando aqui são mencionadas – aconteceu com a Confraria, como foi dito pelo Senhor Deputado *Silvio* – atividades, mudanças, responsáveis políticos e responsáveis institucionais que em algum momento são substituídos e nesse caso enaltecemos os que são substituídos ou então aqueles que neste momento assumem a dificuldade de ter novos cargos.

Dizer aqui e também manifestar o meu alinhamento sobre o que foi falado, quer pelo Doutor *Mesquita*, em relação aos Bombeiros da Torre de Dona Chama, quer em relação ao *Ernesto Rodrigues*, quer em relação a todos aqueles, que sendo Mirandenses, direta ou indiretamente, possam de alguma maneira ser mencionados nesta Assembleia e recordados um dia mais tarde, como alguém que foi importante para o Concelho de Mirandela.

É um pouco o que acontece, o que estamos a fazer com as Reuniões, como aconteceu no Franco, conforme o Senhor Presidente da Junta *Paulo Pontes* referiu. É importante para a memória futura de todos nós, saber que um dia estivemos lá a discutir os assuntos de lá e que isso fica registado na nossa história.

A sugestão já tinha sido dada noutra altura, mas agradeço o empurrão e tenho a certeza que os Senhores Vereadores estão comigo e que irão estar presentes em todas as freguesias. Já estamos a fazê-lo com “A minha Aldeia” e iremos fazê-lo formalmente com a Reunião de Câmara.

Para todos nós, falo em nome de todos os que estão nesta Mesa, foi uma boa experiência e continuará a ser uma boa experiência.

À Senhora Deputada *Rita Messias* queria dizer que sou Presidente da Resíduos do Nordeste e foi a Resíduos do Nordeste que propôs à CIM-TTM realizar um estudo de viabilidade para um modelo CIM. Por isso, quando me pergunta qual é o modelo que eu quero, a minha resposta é muito clara neste momento: ainda não sei.

Hoje à tarde, vou ter uma reunião com o Senhor Ministro do Ambiente. Não sabemos qual é o modelo *em baixa* que de certa forma está orientado no Governo, não sabemos se há Fundos Comunitários ou se eles existem, quem vai ter acesso aos Fundos Comunitários e de que forma. Também não sabemos - um aspeto importantíssimo - se a fusão *em alta* vai efetivamente ser realizada. Temos um problema na reestruturação das águas, que finalmente houve a coragem de pegar nessa reestruturação e fazê-la.

Este Governo está a fazê-lo mas já devia ter sido feito há dez anos atrás, porque pagamos tarifas muito mais elevadas na nossa região de água e saneamento, do que pagam na região do litoral.

A ideia que existe - está a decorrer o processo - que será neste primeiro semestre que será decidido. Há resistência naturalmente do litoral. Fala-se que brevemente teremos as tarifas planas, pelo menos na região norte.

Isto significa passarmos de 0,72 para 0,52 ao mês em m³ só no saneamento. Ora, esse processo é fulcral e não sofre contestação.

Em relação à *rede em baixa*, existe uma proposta que é de certa forma pública, por parte das Águas de Portugal – as Águas de Trás-os-Montes vão desaparecer no meio deste processo – de criar modelos de verticalização *em baixa*. Existe e quando isso aconteceu, a Resíduos do Nordeste, a CIM-TTM, através da Resíduos do Nordeste, incluindo os outros Municípios para lá dos que fazem parte da CIM-TTM, decidiu fazer um estudo de viabilidade do modelo que pudesse ser alternativo ao modelo das Águas.

Quando me pergunta qual é a minha decisão, eu neste momento, digo-lhe que não sei porque não tenho informação suficiente de um lado nem do outro.

Em relação ao estudo, tenho que lhe dizer o que acontece:

Os Municípios não estão devidamente organizados para obter todos os elementos fundamentais para o estudo. A Resíduos do Nordeste contratou uma empresa especialista nessas áreas, porque têm que ser empresas com *know how*, para ser feito este tipo de trabalho estando a recolher a informação e com essa informação está a ser feito o estudo de viabilidade.



Há uma enorme dificuldade neste modelo. Eu digo-o aqui, claramente.

Mirandela por exemplo, dependente praticamente a 100% da água e do saneamento das Águas de Trás-os-Montes; Miranda do Douro, independência total, não tem sistema verticalizado nem sequer tem sistema orientado de taxas; Bragança, tem sistema misto, praticamente não era cliente das Águas, agora tem a nova barragem, não precisa de ser cliente das Águas.

Isto é: a diferença dos Municípios é tão grande (já nem falo das tarifas), que há uma grande dificuldade em dizer qual é o melhor modelo.

Sendo assim, se eu daqui a uns dias aparecer com uma proposta, “seja uma” ou “seja outra”, será com base na avaliação que eu irei fazer, que irei propor à Câmara, que irá ser debatida na Câmara e que será debatida nesta Assembleia.

Agora, perguntar-me: qual é a que vai fazer? Não lhe sei dizer neste momento.

Em relação a Mascarenhas queria dizer-lhe o seguinte:

Neste Quadro Comunitário ainda conseguimos executar alguns Fundos Comunitários. Digo alguns, porque ainda não recebemos 250 Mil € do dinheiro que executámos em 2008 e 2009, porque o POVT (Programa Operacional Temático de Valorização do Território) que é a organização que financia essa parte das águas e dos saneamentos, é uma dor de cabeça, com estudos de viabilidade aqui e estudos de viabilidade além, enquanto se for aqui no Norte, nós apresentamos os pedidos pagamento e imediatamente somos ressarcidos.

Nesta altura ninguém sabe se no próximo Quadro Comunitário há dinheiro para fazer intervenção nas *baixas* ou se há dinheiro para os modelos verticalizados poderem fazer investimentos através do “alta, até cá em baixo”, não sei se me fiz compreender?

Ora, não havendo dinheiro de Fundos Comunitários para um modelo, eu vou para o modelo onde houver dinheiro de Fundos Comunitários, porque temos o completo diagnóstico da questão de Mascarenhas. (Atenção, dizer que nós não sabemos ou que nós não estamos atentos à situação, é algo que não aceitamos). Temos o completo diagnóstico de Mascarenhas e que implica o investimento acima de 50 Mil €, sem financiamento comunitário, entenda o que isto significa!

Neste momento estamos a avaliar o que se está a passar na captação. Há um problema nessa ligação que referiu, que é a ligação que vem de Guribanos até Mascarenhas que é antiga, está pelo meio do monte, tem enormes problemas, mas há também problemas dentro de Mascarenhas.

Como digo, o nosso orçamento estimativo, são 550 Mil € sem fundos Comunitários. Estamos a preparar uma intervenção para no verão melhorarmos a qualidade da captação, reduzirmos a turbação, que é isso que acontece, cada vez que há uma turbação no rio. Basta chover mais um bocadinho.

Fizemos uma intervenção agora na Torre, gastámos apenas em tubos quase 100 Mil € e a empresa do gás é que fez as valas e outros trabalhos. Conseguimos renovar - reparem que a Torre nem de longe nem de perto, ficou “5 estrelas”- mas conseguimos acompanhar. É muito difícil, hoje em dia, dar resposta as várias situações sem recurso aos fundos comunitários.

Resumindo: Por um lado, porque ainda não temos o modelo definido na Resíduos, que ainda está a decorrer. Por outro, porque o modelo que nos está a ser proposto pelas Águas, se tiver interesse nesta dimensão, terá que ser avaliado e então nessa altura temos que ver quais são os benefícios para Mirandela.

Agora, atenção a uma situação: seja em que modelo for; foram publicados regulamentos tarifários, foram publicados regulamentos de qualidade de serviço, foram publicados um conjunto de documentos, quer em verticalizado, quer não verticalizado, ou seja como for, temos dois anos para implementar.

E se não implementarmos esse modelo de tarifas e esse modelo de gestão - vem cá a ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) – posso-vos fornecer a legislação, o que eu estou a dizer está escrito e plasmado – não é uma questão sequer nacional, é uma questão europeia, é uma questão de qualidade da água, é o chamado princípio do poluidor-pagador. Isto está em curso, por isso, nós temos é que nos adaptar, que daqui até seis meses ou daqui a um ano, que a fusão *em alta* é fundamental, que a fusão *em baixa* ou outro modelo *em baixa*, é fundamental. Isso tem que acontecer não lhe sei dizer o modelo. Estou nos dois modelos e estou a ver o que é que dá e quando houver uma decisão em relação a um ou em relação a outro, a que eu considere que é mais adequada, fruto da nossa avaliação, tenho que a trazer à Câmara e à Assembleia. Nunca será nada feito de maneira encapotada, porque a concessão é sempre nossa.

Senhor Deputado *Carlos Fraga*: Em relação às feiras, sou convictamente a favor das feiras às quintas-feiras. Relativamente ao *abaixo assinado* não é verdade que não haja resposta. Foi feita uma reunião na altura, no Auditório onde eu estive, promovida pela Associação Comercial e Industrial de Mirandela, para a qual foram convocados todos os comerciantes e todos os feirantes de Mirandela, onde foi unanimemente decidido que era para manter o modelo. Recebemos no mês passado uma proposta na ACIM, da Associação de Feirantes, a propor um modelo de feiras para a CIM-TTM, onde mantém a Feira de Mirandela à quinta-feira, Bragança, passou a feira a semanal, à sexta-feira; Vila Real tem duas feiras, à terça-feira e sexta-feira e neste momento todas as Câmaras se estão a adaptar.

Quando decidimos por esta opção, conseguimos garantir um dia. Não vamos confundir com problemas graves, quer ao nível das feiras, quer ao nível do comércio. Esse é um problema, infelizmente, transversal à nossa região e não só, porque eu atravesso Vila Real, Mirandela, Bragança e até o Porto e o que vejo são portas fechadas no comércio local. É um problema grave que tem o comércio tradicional fruto de várias características, nomeadamente as grandes superfícies.

Pode dizer que na sua opinião este não é o melhor modelo, eu respeito, podem desenvolver iniciativas de debate, mas não vamos confundir o facto de colocarmos o Plano Anual de Feiras, pois todos os anos por lei é obrigatório publicar o Plano Anual de Feiras de acordo com o Regulamento que temos e por isso aparece lá a Reginorde. O Regulamento está agora à espera de alteração legislativa, que também está em curso e não tem nada a ver em continuar a haver uma opção política de a feira se manter como está.

A senhora Secretária da Junta de Freguesia da Fradizela chamou aqui a atenção para um evento. É importante que os Membros desta Assembleia, como Membros eleitos participem nos eventos que são realizados. Há uns que dizem que há de mais, outros

dizem que é de menos, há outros que dizem que não acontece nada. Nós temos uma forma de divulgação, vão a alguns, não vão a todos.

Aos Senhores Presidentes de Junta, peço por favor que acompanhem os vossos colegas. É bonito ver a solidariedade entre os Presidentes de Junta.

Amanhã está em Mirandela a Senhora Ministra das Finanças a apresentar um livro, não é uma atividade política, é um livro sobre a região. Temos a Feira da Fradizela amanhã à tarde, temos “O Meu Bairro” na Escola da Central, que é uma atividade em que vamos aos bairros e falamos com as pessoas diretamente nesse local e para a semana temos a Feira da Alheira.

A Feira da Alheira da próxima semana vai ter como alguém já aqui disse, a presença do Senhor Primeiro-Ministro, virá fazer a abertura da Feira, no dia 6, à 1 h. 30. Peço a vossa presença se assim o desejarem. Acho que era importante estarmos presentes.

Quero agradecer aqui às Juntas de Freguesia que vão estar presentes na Exposição, que para nós também é importante essa colaboração.

Durante todo o fim de semana, teremos um conjunto de atividades, não estou a falar da Feira, a Feira será uma das atividades, mas teremos um Raid Btt, teremos um Campeonato Regional, ou uma seleção regional de Kickboxing, teremos um Campeonato de Xadrez patrocinado pela Junta de Freguesia, um Torneio de Basketball, teremos muita atividade a decorrer em Mirandela, para lá da Feira como por exemplo, o programa “Somos Portugal” a decorrer no Domingo.

Como já disse, no dia 9 de março, temos um Seminário sobre violência doméstica e reafirmo que era importante a presença daqueles que estejam sensibilizados para a área social, no CLAS (Conselho Local de Ação Social) no dia 17, e sujeito a inscrição e pelo menos os Presidentes de Junta já receberam a sua inscrição.

Sobre a Revisão do PDM, se quisermos fazer o histórico, teríamos que passar quase uma Assembleia a fazer o histórico do que aconteceu nesta Revisão do PDM.

Mas a Revisão do PDM de Mirandela e de um conjunto de PDM's que estão em Revisão, revestiu-se sempre de duas dificuldades formais:

Uma, foi aqui mencionada, o problema da Cartografia e outra, o problema das mudanças legislativas.

A Cartografia do PDM de Mirandela, foi iniciada com uma Cartografia 1: 10000, só que a Cartografia tem que ser oficial e a Cartografia oficial estava rasgada ao meio, isto é, não encostava uma com a outra. Andámos nisto quase três anos, até que, a DGT (Direção-geral do Território), na altura IGOT (instituto de Geografia e Ordenamento do Território), disse-nos se quiséssemos avançar, teríamos que usar a Cartografia oficial, que é 1: 25000.

Por este motivo é que em relação aos ortofotomapas que falou o Senhor Arquiteto *Nuno Sousa*, n temos que utilizar a Cartografia à data da execução, o que oficialmente é reconhecido por essas entidades.

Há mais incongruências, a esse nível. Mas há uma coisa que hoje em dia temos, se houver um formato digital, é facilmente convertível posteriormente.

O mesmo acontece em relação ao problema dos mapas do ruído e em relação a outros problemas nas definições dos perímetros.

Para conseguirmos rever o PDM, tivemos que rever a RAM. Aí, como disse e bem o Senhor Arquiteto *Figueiredo*, houve um procedimento no terreno com um técnico municipal e correu todos os terrenos e fez um levantamento íntegro de todo o trabalho.

Já na REN, não foi assim. A REN é uma dor de cabeça. A REN é um diálogo que quase não existe.

Neste momento temos a REN aprovada com base na legislação anterior, porque se não tivéssemos aprovada a REN até agosto do ano passado, sensivelmente, estávamos já com a nova legislação, o que significa que o PDM estava parado neste momento.

Em relação à nova legislação, curiosamente foi hoje publicado o novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, que pressupõe a conjugação da nova lei dos solos, da nova lei de reabilitação e do novo regime de edificação urbanização.

Se não tivermos o PDM aprovado até junho, temos que parar todo o processo, começá-lo de início e elaborar uma nova proposta.

Isto não significa que mal esteja aprovado, assumindo que ele vai ser aprovado nestes calendários, não vamos iniciar imediatamente um processo de revisão. Mas é um processo de revisão diferente, porque já tem as correções atualmente realizadas e já tem vertidas as maiores dificuldades no que respeita a perímetros urbanos, nomeadamente o perímetro da cidade.

Este regime fala pela primeira vez daquilo que o Arquiteto falou agora, que é a questão dos Planos Intermunicipais. Não existia enquadramento na lei. Este Governo foi extremamente reformista, no princípio da gestão do território.

Há um conjunto de legislação nova que é extremamente difícil de acompanhar e digo-vos isto com todo à vontade, porque a sucedâneo do que acontece é extremamente difícil de acompanhar do ponto de vista do ordenamento.

Portanto, a Proposta que temos do PDM, não vou dizer que é a Proposta possível, mas, houve muita coisa que foi alterada, muita coisa que foi negociada. Tenho que enaltecer o trabalho dos técnicos municipais que estiveram nesse processo, porque, como digo, foi necessário ir ao terreno, foi necessário negociar e é verdade que a Comissão de Acompanhamento é uma dor de cabeça! Nomeadamente, se vier um técnico diferente na reunião anterior ou na seguinte, já tem uma opinião diferente do técnico da mesma instituição. Isto é uma realidade, mas foi com o que tivemos que conviver.

Na última reunião, onde aprovámos o último modelo, o pessoal da REFER queria um regime específico da RAM, só para eles. Queria que a RAM libertasse a REN, como metermos nós no nosso PDM, um regime específico da REN.

Felizmente, além da equipa técnica da Câmara, também tivemos uma equipa técnica nesta fase final do PDM, que nos ajudou muito, porque mudou. A equipa inicial que tivemos do PDM, ainda pareciam mais fundamentalistas do que algumas destas instituições.

Podia-vos dar aqui 500 exemplos, como se juntaram as florestas, e o ICNF. Juntaram-se e de um dia para o outro. Passámos a ter dois interlocutores na mesma instituição, que pensavam de maneira diferente. E se não estivesse um de um lado e o outro de outro, o parecer dos dois não valia. E por mais do que uma vez nos perguntavam nestas comissões, por exemplo, onde estava a Cartografia do Castro de Morais,- que eu saiba ainda é Macedo de Cavaleiros. Isto aconteceu e é real!

Mas atenção, o momento em que estamos, é um momento importante, ainda há possibilidade de fazer alterações, ainda há possibilidade de fazer sugestões e de corrigir erros, não digo todos.

Reparem que na atual Lei dos Solos, existe solo urbano e solo urbanizável. Por exemplo o solo urbanizável acabou, mas neste PDM ainda está o urbanizável. Daqui a uns dias, vamos ter que adaptar o solo urbano ou urbanizável ao novo solo urbano ou ao novo solo rural, há ainda hipóteses. Há ainda situações que são erros claros, mas também há outras que não vale a pena. Vou dar aqui um exemplo:

Numa fase deste PDM, havia o debate do crescimento da área urbana de Mirandela, não obstante agora Mirandela incluir Carvalhais que também é área urbana, mas que havia o crescimento da área urbana de Mirandela, motivada por um crescimento absurdo porque pura e simplesmente olhavam para a Cartografia de 1967, que era a Cartografia de base que foi utilizada para o PDM de 1994! É evidente que desde de 1967 até hoje, havia um crescimento enorme.

Quando se fez o ajuste ao início do PDM em 1994 e as evoluções naturais, chegou-se à conclusão que não houve praticamente crescimento urbano na proposta que nós apresentámos, não obstante à área ser diferente, mas houve uma congregação e houve o corte de áreas que estavam fora. Isto foi um processo negocial muito difícil.

A REN ainda não foi publicada, a RAN foi concluída anteontem com sucesso e volto o dizer que tivemos pessoas a ir ao terreno, quase terreno a terreno, com um funcionário da Direção Regional de Agricultura a marcar a RAN.

A informação está disponível em vários locais e também há alguém disponível, que é o Engenheiro *Beleza*, que foi responsável pelo Processo de Revisão nestes últimos tempos, que prestará os esclarecimentos que pretenderem.

De qualquer modo vamos promover algumas sessões para prestar esses esclarecimentos, para que seja possível entender o que está a ser feito.

Este PDM, ao contrário do que aconteceu com o PDM de 1994, vai entrar numa fase diferente. Vai entrar numa fase de profunda evolução do ponto de vista regulamentar, profundas alterações de conceitos, quer ao nível da nova lei do solo que já está publicada, quer ao nível da edificação, que nos vai permitir olhar de uma forma diferente para o futuro daquilo que é o ordenamento do território.

É evidente que gostaríamos de ter melhor Cartografia, gostaríamos de ter uma Matriz mais intermunicipal. Todavia, acredito que considerando também o facto de agora as Comunidades Intermunicipais estarem orientadas no sentido de terem que encontrar elementos de ordenamento mais ajustados à realidade, pode haver alguma melhoria.

Já estamos a trabalhar ao nível da prevenção de incêndios, da prevenção de riscos e ao nível da floresta. Comprámos agora cartas da Utilização do Solo para trabalhar em conjunto. Acredito que é possível fazer um melhor PDM.

O que eu vos peço, se tiverem disponibilidade, se tiverem dúvidas, consultem o documento, vão vê-lo, apresentem as dúvidas, sem reservas. Naturalmente que não é o documento que nós desejávamos, mas é aquele que nos permite no futuro, ter um elemento diferente para trabalho.

Muito obrigado a todos.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Vamos votar as Propostas que aqui estão.

E a primeira, é uma Proposta do Senhor Deputado *José António Costa Ferreira*, com um Voto de Congratulação e Louvor, para os Ex Presidentes das Câmaras, *João Luís Teixeira* e *Artur Pimentel*, que foram recentemente condecorados, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Dinis Veiga (PSD), disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É um bocadinho confrangedor para mim, porque eu sou amigo pessoal dos dois, sou amigo pessoal do *João*, sou amigo pessoal do Doutor *Pimentel*. Aliás, o Doutor *Pimentel* foi meu colega de estudos, mas quero dizer o seguinte:

Já vários Presidentes de Câmara foram condecorados, o que é que esta Assembleia fez? Nada.

Várias pessoas do nosso Distrito foram condecoradas, na parte cultural, no campo artístico, no campo científico. O que esta Assembleia Municipal fez? Nada.

Não me admira que Vila Flor lhe preste uma homenagem, que Murça lhe preste uma homenagem.

Eu até entendia e fico um bocado admirado com o Deputado *José António*, não ter apresentado esta Proposta, relativamente ao Doutor *Pimentel*, na CIM-TTM, porque aí sim, nós tratamos do nosso Distrito.

Agora, eu pergunto o que é que esta Assembleia Municipal tem a ver com o trabalho desenvolvido pelo Presidente da Câmara de Vila Flor, pelo Presidente da Câmara de Murça, que até é de outro Distrito, não tem nada a ver connosco. Por isso eu dizia que compreendia o Doutor *Pimentel*, numa Assembleia da CIM-TTM e estou disposto a apoiar essa proposta, agora, eu acho que isto não tem nada a ver com Mirandela.

Irámos ser injustos para outras pessoas de Mirandela e até do nosso Distrito, que foram condecorados.

Houve muito Presidente que não foi condecorado, exerceu o seu trabalho com dignidade, com sacrifício da própria vida profissional.

Por outro lado e se isto for avante, eu acho que esta Proposta deve ser apresentada à Assembleia Municipal, se a Assembleia aceita ou não discutir esta Proposta, porque aí dou razão ao Senhor *Fraga*. E ainda para mais, são Propostas individualizadas.

Cuidado, se ela passar tem que se fazer uma votação por voto secreto, porque ela é personalizada.

Eu acho que a Mesa deve pôr à consideração.

Eu digo já, sou amigo pessoal deles, no entanto eu vou e peço à minha bancada, que é livre de votar, mas nós iremos votar contra. Não foram Membros desta Assembleia Municipal, não têm nada a ver connosco e portanto nós iremos votar contra.

----- **O Senhor Deputado Municipal, David Garrido (CDU), disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a este assunto, já foi quase tudo dito, também sou amigo pessoal do Doutor *João*, o outro Senhor não o conheço, sei que foi Presidente da Câmara de Vila Flor. Em termos pessoais não tenho nada contra ninguém.

Em termos políticos, acho que esta Assembleia não se devia pronunciar. É a minha opinião.

Até porque, na altura que foi agraciado, foram chumbadas as contas durante três anos, do autarca exemplar.

Se é um autarca exemplar com contas chumbadas pelo Tribunal de Contas, eu “vou ali já venho”, portanto eu acho que a Proposta também devia ser apresentada á Assembleia, para aceitação ou não da Proposta.

----- **O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, Paulo Pontes (PSD), disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A propósito deste assunto, senti-me ultrapassado pelo Professor *Dinis*, mas não é por isso que não vou dizer o que tinha intenção de dizer.

Se for a votação irei votar contra, por duas questões:

Uma questão de princípio minha e porque também conheço pessoalmente o Doutor *João* e sou amigo dele, mas as questões pessoais aqui, nada têm a ver com isto.

Irei votar contra, porque é uma questão do meu princípio, ninguém tem que ter louvores, pelo serviço público.

Se for um serviço a título particular ou pessoal, concordo, serviço público, não concordo.

Também irei votar contra, porque o serviço público que estes Senhores prestaram, nada tem a ver com Mirandela, nem sei sequer, nos Municípios onde eles prestaram os trabalhos, se foram louvados e estar o Município de Mirandela a louvar pessoas, que pelo que estão a ser louvados, nada prestaram a Mirandela, acho que está errado.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Nuno Sousa (CDS/PP), disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a este assunto, praticamente tudo já foi dito e concordo com a posição do Professor *Dinis*.

De facto são autarcas que exerceram funções noutros Municípios, com mérito, ou com mais mérito ou com menos mérito, considero-os como amigos, ambos, mas não vou misturar a amizade pessoal com o que se propõe aqui.

Até porque esta Proposta deveria estar dividida em dois votos, termos a oportunidade de votarmos eventualmente, um voto de louvor ao *João Teixeira* e não irem em pacote. Eu posso concordar com um e posso não concordar com outro.

Aquilo que o Senhor *Garrido* referiu, deixa muito no ar o seguinte:

A atribuição destas comendas, às vezes, não se percebe muito bem se é por mérito ou se é por outra estratégia. Tendo contas chumbadas pelo Tribunal de Contas três anos consecutivos, acho que não é nenhum mérito de serviço cívico, na minha opinião.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Como eu disse há pouco, não obstante haver alguma dificuldade de integrar estas intervenções no espírito Regimental que está em exercício, eu acho que elas também serviram para provar a capacidade e a harmonia desta Assembleia e a sua funcionalidade, porque foram muito úteis para informar a Mesa e simultaneamente úteis para informar os Senhores Deputados.

Sendo assim, então vamos fazer este Ponto regimental de proposta de aceitação pela Mesa, de votar esta Proposta apresentada pelo Deputado Municipal *José António Costa Ferreira*.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, recusar a aceitação da Proposta do Senhor Deputado José António Costa Ferreira.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão, disse:**

Temos aqui outra Proposta do Senhor Deputado *Fernando Mesquita*, uma de Reconhecimento e Louvor dos Bombeiros Voluntários da Torre e outra de Reconhecimento e Louvor do Escritor *Ernesto Rodrigues*.

Vamos votar a Proposta de aceitação pela Mesa, destas Propostas

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, a aceitação das Propostas do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama Fernando dos Reis Mesquita.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão, disse:**

Vamos votar separadamente, cada uma destas Propostas:

Primeiro a dos Bombeiros Voluntários da Torre de Dona Chama.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar um Voto de Louvor e Reconhecimento à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Torre de Dona Chama, nomeadamente a Direção presidida por *Paulo Manuel Pinto Miguel*.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão*, disse:
Proposta de Reconhecimento e Louvor do Escritor *Ernesto Rodrigues*.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar um Voto de Louvor e Reconhecimento ao Escritor Torriense, *Ernesto Rodrigues*.

2.º Período de Intervenção do Público

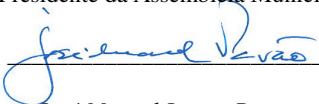
6 – 2.º Período de Intervenção do Público.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão*, disse:
Perguntava se está presente algum Munícipe que queira usar da palavra.
Não Está.

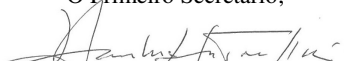
----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art. 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a sessão, eram 13 horas.

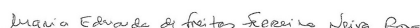
O Presidente da Assembleia Municipal;


José Manuel Lemos Pavão

O Primeiro Secretário;


Humberto António Cordeiro

A Segunda Secretária;


Maria Eduarda de Freitas F. Neiva Rosa